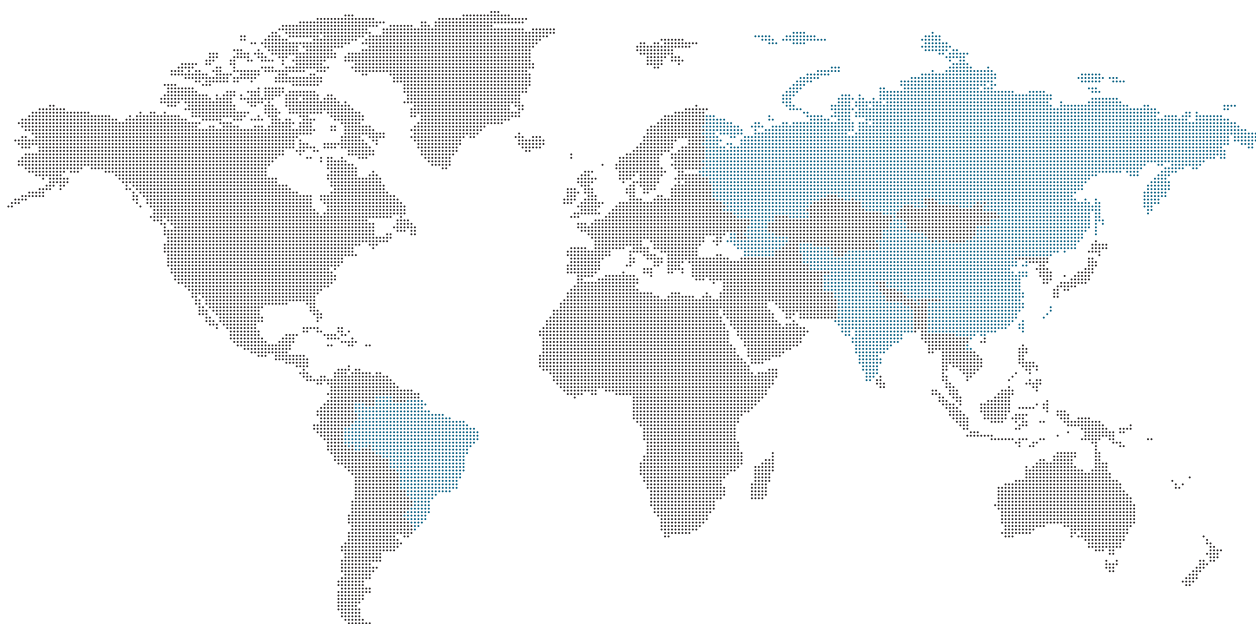


O Brasil e os demais BRICs

Comércio e Política

Renato Baumann (org.)



Renato Baumann
Raquel Araújo
Jhonatan Ferreira
Marina Filgueiras
Honorio Kume
José Tavares de Araújo Jr.
Katarina Pereira da Costa
Ivan Tiago Machado Oliveira
Rodrigo Pimentel Ferreira Leão
Emílio Chernauský
Márcio Holland
Fernando Barbi
Paulo Roberto de Almeida
Maria Regina Soares de Lima

CEPAL

ipea

© Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, 2010
© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010

Criação de capa, editoração eletrônica e impressão: Estação Gráfica Ltda
Revisão: Cândida Cardoso Campos Guth e Thays Almeida Lacerda

Tiragem: 2000 exemplares

Baumann, Renato, org.
O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política. Brasília, DF:
CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

180p.
ISBN 85-781-1046-3

1. BRICs 2. Relações econômicas internacionais 3. Comércio internacional 4. Países emergentes
5. Brasil 6. Rússia 7. Índia 8. China I. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
CEPAL II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA III. Título

CDD: 382.1

Este trabalho foi realizado no âmbito do Convênio CEPAL-IPEA.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da CEPAL e do IPEA.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

A presente publicação encontra-se disponível para download em <http://www.cepal.org/Brasil>

Sumário

Introdução.....	5
As Relações Comerciais do Brasil com os demais BRICs.....	9
Renato Baumann, Raquel Araujo e Jhonatan Ferreira	
A competitividade do Brasil e da China no mercado norte-americano: 2000-2008.....	47
Marina Filgueiras e Honorio Kume	
Abertura comercial e Inserção internacional: os casos do Brasil, China e Índia.....	61
José Tavares de Araujo Jr. e Katarina Pereira da Costa	
A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio exterior e política comercial.....	79
Ivan Tiago Machado Oliveira, Rodrigo Pimentel Ferreira Leão e Emílio Chernavsky	
China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros.....	109
Márcio Holland e Fernando Barbi	
O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global).....	131
Paulo Roberto de Almeida	
Brasil e polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul.....	155
Maria Regina Soares de Lima e IUPERJ	

Introdução

A sigla BRIC tem trajetória peculiar. Um jogo de letras a partir dos nomes (e de algumas de suas características) de um grupo de países transformou-se gradualmente em elemento de análise, com interesse não apenas acadêmico, mas também no âmbito da política internacional. Por analogia à construção de uma casa a partir do telhado (o que é menos incomum do que possa parecer), também os países participantes (Brasil, Rússia, Índia e China) têm feito esforços para encontrar denominadores comuns, possíveis complementaridades e possibilidades de atuação conjunta.

Este é provavelmente um caso sem precedente histórico, no qual um acrônimo é convertido em motivação expressiva de esforços diplomáticos e de iniciativas comerciais.

Em um momento em que há a percepção generalizada da necessidade de adequação da arquitetura institucional multilateral às novas condicionantes econômicas e políticas; quando os foros tradicionais de decisão se veem na contingência de incluir membros deste grupo de países, por razões que saltam aos olhos em relação à importância que eles vêm adquirindo na economia mundial; quando se registra crescente multiplicidade de acordos preferenciais bilaterais, com o risco de provocar desvio de comércio e, ao mesmo tempo, se observa a intensificação do regionalismo em algumas partes do mundo, o debate a respeito do papel que poderia desempenhar a soma de quatro economias emergentes de razoáveis dimensões ganha importância crescente na agenda.

Portanto, o tema suscita efeitos no âmbito das relações entre os quatro países e implicações em termos de governança internacional. Como na descrição de grandes animais, há razoável convergência de percepções em relação ao impacto que isoladamente podem causar ao ritmo dos seus movimentos e ao que poderia, potencialmente, representar a soma de forças de cada um deles. No entanto, há, em geral, menos conhecimento quanto às peculiaridades individuais, às características e à probabilidade de atuação conjunta. E como na visão de grandes animais, tem-se pouco conhecimento das necessidades, dos hábitos e de como eles podem ser compatibilizados em forma conjunta.

Isto é verdade também no tocante às relações bilaterais e no que se refere à identificação de interesses comuns que possam motivar convergência de posições negociadoras em foros multilaterais. Do ponto de vista de um dos países incluídos na sigla, no caso presente o Brasil, isto gera a necessidade de não apenas aumentar o grau de conhecimento acerca deste conjunto de países, como, sobretudo, de vislumbrar o que poderiam ser oportunidades e desafios embutidos na aproximação com esses parceiros.

Este volume está organizado com a perspectiva de discutir as peculiaridades de cada país e da comparação com o caso brasileiro no âmbito comercial, e de avaliar as possibilidades de ações conjuntas dos quatro países no cenário internacional.

O trabalho de Baumann, Araujo e Fonseca traz análise das estruturas comerciais desses países. O texto mostra que há diferenças expressivas entre os quatro países em termos de dimensões demográficas, ritmo de crescimento da produção, participação na produção e no comércio mundiais, no grau de abertura comercial das economias, do valor adicionado por setores, na geração de poupança e ritmo de investimento, assim como na política cambial. São, portanto, quatro realidades razoavelmente distintas.

Em que pesem essas considerações, no entanto, nos últimos anos tem aumentado de forma expressiva a presença dos três países no comércio externo brasileiro, levando mesmo a déficits comerciais recorrentes com a China e a Índia.

Essa presença é distinta no que se refere à composição e à diversidade de exportações e de importações. No caso da Índia e da Rússia o comércio bilateral com o Brasil tem peculiaridades que o distingue do comércio global desses países. Já a China tem presença cada vez mais forte e, à diferença dos outros dois países, o comércio com o Brasil é bastante semelhante ao seu padrão global, o que sugere que os resultados bilaterais são mais fruto do diferencial de competitividade que estratégia peculiar orientada a mercados específicos.

O trabalho mostra que o grau de similaridade das pautas de comércio do Brasil e desses três países é baixíssimo, e que a participação brasileira no comércio com esses parceiros tem forte componente de produtos menos elaborados. A análise de vantagens comparativas também mostrou situações bastante distintas, com ganhos por parte do Brasil e da Índia, mas fortemente superados por parte da China. O caso da Rússia é, neste sentido, peculiar, como o país membro desse grupo com mais indicadores negativos.

Por último, um exercício de identificação de ganhos e de perdas de participação em diversos mercados, mostrou que os exportadores brasileiros deslocaram alguns produtos dos três países. No entanto, as perdas para esses parceiros – China em particular – têm sido consideravelmente mais expressivas. É interessante notar que boa parte da competitividade do Brasil em relação à Índia e à Rússia está concentrada na América Latina, como seria de se esperar. No entanto, é precisamente aí que o país tem perdido mercado de maneira mais expressiva para a concorrência chinesa.

Isso traz à consideração a necessidade de se conhecer com mais precisão o que ocorre na concorrência comercial entre o Brasil e a China em terceiros mercados. O trabalho de Filgueiras e Kume trata precisamente disso; da análise do comércio do Brasil e da China com os Estados Unidos, na presente década. Dá ênfase aos indicadores de similaridade, de qualidade e de variedade de produtos exportados por esses países.

Filgueiras e Kume mostram que houve, como é sabido, aumento no número de produtos exportados pelos dois países para os EUA, com a peculiaridade de que a China passou a exportar produtos que antes apenas o Brasil vendia aos EUA. Como consequência, o Brasil abandonou diversas posições comerciais, e hoje, a imagem mais conhecida é a da perda de participação naquele mercado, por deslocamento provocado pela concorrência chinesa.

No entanto, mostram também que ao se considerar a qualidade dos produtos comercializados, a excelência das exportações brasileiras para os EUA é superior à dos produtos chineses. Tem-se, então, um cenário no qual a China tem pauta comercial bastante diversificada, ao mesmo tempo em que os produtores brasileiros têm se concentrado em nichos de mercado mais específicos, como em um processo de 'ciclo de produto', no qual a produção brasileira tivesse podido graduar-se em termos de qualidade, em comparação com a estratégia mais massificada por parte dos exportadores chineses, embora perdendo oportunidades comerciais, ao se considerar o volume total de comércio.

A diferença de trajetória demanda consideração adicional no tocante às políticas cambial e comercial dos países. Esta dimensão é considerada, neste volume, em dois capítulos. Em ambos, a dificuldade de conseguir informações relativas à Rússia limitou o escopo à análise comparativa entre Brasil, China e Índia.

No artigo de Tavares e Costa eles analisam as políticas cambiais e comerciais do Brasil, da China e da Índia, e encontram, como ponto comum, a gradual liberalização das respectivas legislações cambiais. Tanto o aumento do grau de conversibilidade das moedas nacionais quanto a preservação de sua estabilidade desempenharam claramente um papel importante. No entanto, chama a atenção as reformas terem tido, nos três países, resultados bastante distintos.

Tavares e Costa alertam para o fato de que boa parte das diferenças entre os resultados dos países deriva da evolução desigual dos custos de informação e de transporte, que levou à redefinição dos padrões de competição entre setores produtivos. Houve estímulo ao aumento de transações do tipo intra-industrial, sobretudo entre países vizinhos, o que ampliou o número de empresas que passaram a competir em caráter global, mas a partir de estruturas produtivas integradas ao nível regional.

Tavares e Costa analisam as estruturas de proteção nos três países no tocante a produtos intermediários, que por definição têm efeitos sobre a competitividade de todo o sistema produtivo. Mostram que no Brasil a proteção a esses setores é crescente ao longo das cadeias produtivas, o que reduz a competitividade industrial em seu conjunto, chegando mesmo a afirmar que, independentemente do nível da taxa real de câmbio, o peso dos produtos intermediários nos custos dos bens finais no país será sempre superior aos observados na China e na Índia.

O outro capítulo no qual se estudam as políticas comerciais de Brasil, China e Índia é o de Oliveira, Leão e Chernavsky. Os autores se concentram nas estruturas de proteção comercial nos três países e encontram, em primeiro lugar, que a China tem sido mais ousada em seu processo de abertura comercial multilateral.

O texto traz descrição razoavelmente detalhada dos principais passos adotados país a país no processo de abertura comercial. A China, avançando em estágios graduais e crescentemente voltados para o estímulo à exportação de produtos intensivos em tecnologia. A Índia, com mudanças graduais em setores específicos, com quebra de monopólio estatal, redução de controles sobre exportações e de barreiras não-tarifárias. O Brasil, como é sabido, com a eliminação das barreiras não-tarifárias, a aceleração do cronograma de redução das tarifas e a adoção antecipada da Tarifa Externa Comum do Mercosul.

A análise mostrou que existem diferenças importantes nos enfoques e nas estratégias adotadas pelos três países, com a China dirigindo as atividades comerciais para o setor exportador de tecnologia de ponta, enquanto o Brasil e a Índia adotaram reformas comerciais basicamente restritas à abertura da economia.

O desempenho comercial da China e a política que adota em relação ao setor externo, tem permitido ao país acumular volume expressivo de reservas de divisas. Diversos países têm adotado políticas amigáveis com aquele país na expectativa de que essa disponibilidade de recursos possa vir a materializar-se em investimentos chineses em suas economias. Isso é o que motiva Holland a analisar, no capítulo seguinte, os investimentos diretos chineses na América Latina.

A China é, conforme se sabe, mais expressiva como receptora de investimentos externos diretos que como investidora no exterior. De acordo com Holland, o investimento chinês típico é de baixo valor (terça parte dos investimentos externos diretos da China é inferior a US\$ 5 milhões), e é tipicamente concentrado na compra de participações em empresas já existentes. Os países da região mais aquinhoados com investimentos chineses são o Brasil, a Venezuela, o Chile, o Equador e o México, e o volume de recursos investidos tem crescido em forma expressiva desde o ano 2000.

Para Holland, não há lógica única que guie esses investimentos. É possível associar o fluxo de recursos com razões tão variadas como a busca de acesso a fontes de recursos naturais quanto à estratégia para escapar de barreiras comerciais e busca de competitividade.

Esse conjunto de evidências é indicativo da variedade de situações e de propósitos entre os quatro países do grupo BRIC. Resta saber até que ponto eles podem contar com um amálgama suficiente para constituir unidade identificável no cenário internacional, atuando de forma conjunta nos principais foros.

Esse é o tema dos dois textos que compõem a segunda parte do livro.

O capítulo de Almeida enfatiza o fato de que a acumulação de poder econômico, capacidade militar e inovação tecnológica desses países é suficientemente expressivo para fazer pender o eixo das relações internacionais em direção distinta da experimentada até aqui. No entanto, não é seguro que formem um grupo unificado de países com harmonia de propósitos.

O BRIC não é uma entidade formal existente, mas é notável que passos importantes tenham sido dados nesta direção, sendo o mais significativo as reuniões periódicas dos chefes de Estado desses países.

O conjunto dos quatro países tem semelhanças e diferenças importantes, quando se trata de analisar seu potencial no cenário internacional: nenhum deles possui moeda conversível, dois desses países (Brasil e Rússia) são grandes fornecedores de matérias-primas, há diferenças no grau de desenvolvimento capitalista entre eles, assim como no tocante às liberdades democráticas e, dos quatro, apenas o Brasil não é potência nuclear. Esses e outros elementos fazem com que cada um desses quatro países tenha razões particulares para se opor à atual ordem mundial, mas isso não significa que haja, necessariamente, uma convergência entre os quatro que os permita atuar de forma homogênea.

O capítulo de Soares de Lima mostra que os países chamados 'emergentes' têm estratégias internacionais peculiares. Com frequência eles apresentam dificuldades em compatibilizar os interesses e as agendas globais e regionais.

No caso dos BRICs há diferenças no grau de dependência do comércio externo para seu dinamismo, assim como esses países diferem em termos de participação em organismos internacionais. Isso por si só dificulta a articulação e a coordenação internacional conjunta. Há claras diferenças manifestas no âmbito da Organização Mundial do Comércio, nos debates sobre a matriz energética e nas posições no G-20 financeiro.

Em todo caso, há alguma similitude e convergência talvez mais pronunciada na área dos interesses em disciplina financeira. No mais, e desde uma perspectiva brasileira, o fato de o país não ter arsenal atômico nem assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas faz com que seja, possivelmente, aquele que tenha mais a ganhar com a formalização do grupo.

Este volume – mais uma iniciativa do Convênio entre a CEPAL e o IPEA – traz, portanto, expressivas informações sistematizadas e análise sobre aspectos variados. A expectativa dos organizadores e dos autores é de que ele contribua para ampliar o conhecimento sobre essas realidades distintas e, com isso, possa contribuir para o desenho de estratégias negociadoras.

Renato Baumann

O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global)

Paulo Roberto de Almeida¹

1 - Introdução: por que o Bric e apenas o Bric?

Desde o início da administração Lula, a diplomacia brasileira lançou diversas iniciativas de política externa, várias delas na continuidade do governo anterior, como, por exemplo, a prioridade atribuída à integração regional na América do Sul e ao reforço do Mercosul, mas desta vez com mais ênfase nos aspectos políticos e sociais que na vertente econômico-comercial. Outras iniciativas podem ser consideradas inéditas nos anais da diplomacia brasileira, como as cúpulas reunindo os países da América do Sul com os países árabes e os da África. Outras, ainda, ampliaram e desenvolveram contatos políticos e de cooperação com determinados parceiros, ditos 'estratégicos', que já tinham sido inaugurados na gestão precedente. Situam-se, nesse caso, o estabelecimento de instâncias formais de consulta e de coordenação com um pequeno número de parceiros selecionados, considerados polos emergentes do poder mundial, a exemplo do foro IBAS (com a Índia e a África do Sul), de claros propósitos desenvolvimentistas, e a sugestão de um novo grupo de caráter bem mais político e estratégico, o Bric, unindo o Brasil à Rússia, à Índia e à China.

O presente ensaio, de caráter expositivo e analítico, se ocupará exclusivamente deste segundo grupo, uma vez que o Bric, se bem sucedido em seus mecanismos de consulta e de cooperação política, bem como na coordenação quadripartite das posições de seus integrantes em foros multilaterais e nos de governança mais restrita, pode representar maior potencial transformador, maior impacto econômico e maior capacidade de influência no ordenamento global. Este transita, atualmente, da era do pós-Guerra Fria, moldada em grande medida pela primazia visível dos Estados Unidos, para uma nova fase das relações internacionais, ainda não totalmente configurada, mas dotada de características essencialmente multipolares, como, aliás, sempre enfatizado e buscado pela diplomacia brasileira.

2 - Bric: uma nova categoria conceitual ou apenas um acrônimo apelativo?

A partir de sua estreia discreta em 2001, por proposta do economista-chefe do Goldman Sachs, Jim O'Neill, o acrônimo Bric entrou rapidamente na terminologia jornalística e consagrou-se, em seguida, como moldura analítica aparentemente útil para que os estudiosos da economia mundial passassem a fazer

¹ Doutor em Ciências Sociais, mestre em Planejamento Econômico, diplomata de carreira, professor no Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); contatos: www.pralmeida.org; pralmeida@me.com. Nenhum dos argumentos ou opiniões constantes deste ensaio pode ser interpretado como representando posições ou constituindo políticas das instituições às quais o autor se encontra profissionalmente ou academicamente vinculado.

simulações e projeções quanto à evolução futura do cenário internacional². Neste contexto, passou-se a atribuir aos quatro países – que não conformavam ainda um grupo diplomático, no sentido formal da expressão – uma grande capacidade transformadora da geopolítica e da geoeconomia mundiais, numa dimensão provavelmente maior que o seu real poder de atuação nesses cenários, individualmente ou em conjunto. Pode-se argumentar que a acumulação de poder econômico, de capacidade militar e de inovação tecnológica, pelos quatro países, isoladamente ou em conjunto, seja capaz de, a partir de certo ponto de gravitação, fazer pender o eixo das relações internacionais num sentido “anti-hegemônico”, como pretendem alguns; mas não era seguro que eles formassem um grupo unificado com harmonia de propósitos quanto a esse projeto grandioso de mudança nas relações de força no plano mundial.

Seja como for, em meados da primeira década do século 21, estavam dadas as condições para que os responsáveis políticos e diplomáticos dos quatro países, estimulados em grande medida pela Rússia e pelo Brasil, cogitassem de apresentar esse bloco virtual como um agrupamento político-diplomático, com a intenção implícita de oferecer algum contrapeso ao atual G8, ou talvez até com a pretensão (não de todo explicitada) de oferecer a esse grupo, já tradicional, uma saudável concorrência, o que, obviamente, é sempre bem vindo, pelo aperfeiçoamento que isso pode representar nos mecanismos de coordenação de políticas macroeconômicas das principais economias do mundo. Assim, o exercício intelectual de um economista de um banco privado converteu-se em um quadro diplomático para a criação de um bloco de quatro países emergentes, aparentemente dotados de vocação, sobretudo econômica, para propor alternativas ao mundo supostamente conservador do atual G7.

Independentemente da capacidade efetiva dos quatro países de transformar, de maneira decisiva, a geografia econômica mundial, bem como sua atual arquitetura institucional, pode-se argumentar que o exercício intelectual do economista do Goldman Sachs revelou-se uma das mais interessantes *trouvailles* analíticas das últimas décadas. Trata-se, provavelmente, do primeiro grupo político – que pode se transformar, ou não, em um bloco mais estruturado, dependendo das circunstâncias – que foi constituído a partir de uma sugestão teórica de um economista corporativo, e não por iniciativa original dos próprios Estados envolvidos. Em outros termos, os quatro países talvez não se aproximassem da forma como o fizeram não fosse pelo acrônimo inovador criado pelo referido economista, dotado de algum *appeal* geopolítico, como parece ser o caso. Talvez os quatro países tivessem realizado, de forma autônoma e independente, essa caminhada em direção a um grupo político; mas parece improvável que eles o tivessem feito no *timing*, ou na cronologia efetivamente ocorrida, na ausência da sugestão corporativa.

A primeira pergunta a ser feita, portanto, é a de saber se uma simples sugestão atrativa, formulada em grande medida em intenção de investidores institucionais – em especial, bancos e empresas do setor financeiro de maneira geral – pode servir de fundamento político para que governos de países relevantes no cenário internacional empreendam os esforços necessários para que os quatro Estados envolvidos passem a desenvolver iniciativas diplomáticas comuns, supondo-se que estas sejam efetivamente importantes para a inserção internacional dos quatro. Nessa perspectiva, o mais provável é que os governos do Bric vejam nesse agrupamento algum benefício inesperado, qual seja, o de ser um

² O autor deste ensaio já tratou da origem do acrônimo, bem como dos estudos originais feitos em torno do conceito, assim como já discuti os principais problemas metodológicos e substantivos vinculados à sua utilização, inclusive prática – isto é, diplomática – no contexto das relações internacionais contemporâneas do Brasil; ver Paulo Roberto de Almeida, “*To Be or Not the Bric*”, *Inteligência* (Rio de Janeiro: Ano: XI - 4º trimestre, 12/2008, p. 22-46; link: <http://www.insightnet.com.br/inteligencia/43/PDFs/01.pdf>). No decurso deste ensaio, as formas Bric (para designar o conjunto) ou Brics (para designar os quatro países) serão utilizadas com alguma flexibilidade conceitual, dado o caráter ainda não totalmente consolidado do grupo em questão (que, aliás, não se designa a si mesmo enquanto grupo, pelo menos não oficialmente).

instrumento útil para seus objetivos nacionais – considerados isoladamente – independentemente da suposta racionalidade que preside à ação empreendida de forma algo voluntarista. Não se trata, contudo, de uma pergunta fácil de ser respondida, pois que ela implica penetrar nas intenções subjetivas ou não declaradas de cada um desses atores, o que obviamente não é possível, dado que isto representaria adentrar em cálculos estratégicos que cada governo guarda para si, sem necessariamente expô-los publicamente ou sequer intercambiar com cada um dos demais integrantes do suposto bloco.

Antes de tentar responder a essa importante questão, cabe mencionar que os conceitos normalmente mobilizados para analisar o cenário internacional – relação de forças, equilíbrio estratégico, ascensão de novos poderes, concerto de potências – refletem um mundo praticamente inexistente, ou não mais remanescente, nesta terceira onda de globalização capitalista³. Assim como se diz que os generais estão sempre ‘combatendo’ a última batalha, os pesquisadores geopolíticos e os teóricos das relações internacionais estão usualmente refletindo um mundo que já deixou de existir, largamente irrelevante para fins de uma discussão sobre as tendências futuras do cenário internacional. Esses conceitos refletem apenas a inércia analítica e a preguiça intelectual desses pesquisadores e teóricos, uma vez que a trama efetiva das relações internacionais, especialmente em suas vertentes econômica e comercial, já adentrou em novos caminhos e processos ainda não suficientemente mapeados por esses analistas, que tendem, assim, a refletir realidades passadas e dinâmicas ultrapassadas.

3 - O Bric na ordem global: um papel relevante, ou apenas uma instância formal?

A primeira observação a ser feita em relação ao Bric concerne seu estatuto no sistema internacional, se é que uma realidade e uma categoria desse tipo – ou seja, um sistema – podem ser efetivamente detectados no cenário internacional contemporâneo. Um sistema – do qual o Bric seria suposta e necessariamente um subsistema – é um conjunto organizado de elementos individuais interagindo de maneira relativamente organizada entre si, com certa estabilidade institucional e alguma previsibilidade de ação e de comportamentos, o que permitiria adequar a realidade do mundo ao conceito em questão. Ora, tendo em vista as inúmeras transformações, muitas ainda em curso, detectadas correntemente no cenário internacional, dificilmente se poderia falar, atualmente, de um sistema ‘acabado’ ou estável.

Não obstante, o mundo não é totalmente anárquico como pretendiam alguns defensores de uma teoria hiper realista das relações internacionais, que afirma que os Estados soberanos – sobretudo as grandes potências – constituem as únicas fontes de poder e as únicas instâncias de relacionamento diplomático e de interações ocasionais de força – eventualmente militares – possíveis no cenário contemporâneo. Existe, sim, um conjunto de instituições ‘disciplinadoras’ das relações internacionais, com ênfase na ONU e suas principais agências ou foros de estabelecimento de normas e padrões de comportamento (a começar pelo CSNU, mas com grande destaque para as entidades de Bretton Woods e a OMC). Ainda que a fonte última de poder do CSNU seja a vontade de seus parceiros mais poderosos – mas suscetível de se exercer apenas quando os cinco membros permanentes se colocam de acordo sobre uma resolução determinada – pode-se dizer que os princípios básicos da Carta da ONU e o entendimento informal que em torno deles possam realizar esses parceiros estratégicos constituem a base desse sistema.

³ Para uma descrição sumária das três ondas precedentes de globalização e da posição do Brasil nesses processos, ver o livro do autor, *Os Primeiros Anos do Século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (São Paulo: Paz e Terra, 2002), especialmente capítulo 7.

Admitindo-se, portanto, que exista um sistema minimamente coerente – ainda que evolutivo – de relações internacionais, cabe reconhecer que o Bric não constitui, ainda, uma entidade formalmente reconhecida nesse ou por esse sistema, ou, mais exatamente, pela comunidade dos Estados que dele fazem parte, ainda que as referências orais e textuais, sobretudo de origem jornalística (mas também diplomática) sejam cada vez mais frequentes. Trata-se de uma realidade a ser construída na prática, o que depende, em primeiro lugar, dos próprios interessados, tanto quanto do contexto internacional em mutação na atualidade, que pode apresentar novas variáveis econômicas, políticas e militares que demandarão posicionamento de cada um dos Brics e, a partir daí, entre eles, reciprocamente.

Dessa interação poderá surgir, ou não, um grupo formalmente reconhecido pela comunidade internacional, dependendo ainda das iniciativas diplomáticas dos seus governos, tomados individualmente, e daquelas que possam ser decididas coletivamente. O fato político a ser registrado desde já é que os governos atuais de cada um dos Bric decidiram conjuntamente passar a se reunir regularmente e esse fato já constitui, em si mesmo, um elemento diplomático dotado de certa relevância.⁴

O consenso implícito por detrás da designação é o de que os Brics (não ainda o grupo, mas os quatro países) já são, ou constituirão brevemente, superpotências, embora o conceito geralmente aplicado seja o de “potências emergentes”. Qualquer que seja a designação preferida, os analistas que assim proclamam a emergência de um novo grupo de países que poderia ‘deslocar’ o núcleo atualmente decisivo das relações internacionais – ou seja, o G7 – tendem a interpretar o mundo em termos de equilíbrio de forças na política internacional, o que é um conceito revelador da velha geopolítica, a que emerge na Europa moderna e que se prolonga por todo o período de conflitos napoleônicos, culminando nos grandes enfrentamentos globais do século 20.⁵

Ainda que muitas das potências remanescentes da velha ordem européia ou da ordem bipolar da Guerra Fria façam cálculos estratégicos com base nessas velhas suposições do mundo belicoso dos séculos 18 a 20, não é seguro que a futura ordem política e militar do sistema mundial de relações internacionais venha a ser organizada com base nos mesmos elementos estruturais que vigiam nos tempos napoleônicos ou na era dos impérios expansionistas. Ainda que isso fosse verdade – o que não parece ser o caso – não se espera que os Brics se coordenem em função dos mesmos objetivos estratégicos que

⁴ Eles já o fizeram informalmente diversas vezes e formalmente três vezes: a primeira vez se deu em nível ministerial (em 16 de maio de 2008 em Yekaterimburgo, na Rússia); a segunda ocorreu em nível de chefes de Estado ou de governo (na mesma cidade, em 16 de junho de 2009), precedida de um encontro informal na cúpula do G8 em Hokkaido (11.07.2008); um terceiro encontro de cúpula realizou-se no Brasil, em abril de 2010, embora reduzido ao mínimo devido a um terremoto na China e a partida inesperada de seu presidente. Os ministros de finanças também têm promovido encontros regulares, em geral previamente às reuniões do G20 financeiro; desses encontros resultaram declarações bastante cautelosas no plano diplomático e praticamente nenhum entendimento na área financeira, além das recomendações habituais para o reforço do poder de voto desses países nos organismos financeiros de Bretton Woods; mas o problema cambial chinês foi praticamente ignorado.

⁵ Tratei dos equilíbrios geopolíticos no cenário contemporâneo neste meu ensaio: “Uma paz não-kantiana?: Sobre a paz e a guerra na era contemporânea”, In: Eduardo Svartman, Maria Celina d’Araujo e Samuel Alves Soares (orgs.), *Defesa, Segurança Nacional e Forças Armadas: II Encontro da Abed* (Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 19-38; disponível in: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1987PazNaoKantianaABEDbook.pdf>). Embora a maior parte dos analistas de questões estratégicas tenda a aderir às teses realistas em relações internacionais, mais ou menos identificadas com os textos pioneiros de Morgenthau, há espaço para uma especulação pós-aroniana dessas relações no contexto contemporâneo, levando em conta mais os dados da geoeconomia do que os da equação primária de poder, ou seja, as respectivas capacitações militares, como tentei fazer em meu já citado livro *Os Primeiros Anos do Século XXI* (op. cit., passim).

alimentavam a vontade de poder, ou o desejo de dominação, dessas potências do passado (muitas ainda do presente, é verdade, mas aparentemente destituídas da vontade hegemônica “nietzscheana”. A rigor, eles se reuniram com base em dados primariamente organizados no plano exclusivamente econômico por um analista de um banco de investimento, que não deve ter traçado cenários probabilísticos quanto ao jogo estratégico mundial.

Em qualquer hipótese, apenas um, ou no máximo dois, dos integrantes do Bric exibem a capacidade de projetar poder fora de suas fronteiras respectivas, ainda que suas motivações sejam totalmente diferentes, se é que existe de fato essa possibilidade. Para ser mais preciso, apenas um dos Brics, segundo o estudo original do economista, se alçará à condição de primeira economia planetária, enquanto as outras três continuarão em patamares diversos, em todo caso mais modestos: será a China, supostamente à frente dos EUA a partir de 2040 se, por acaso, sua taxa de crescimento se mantiver num ritmo tão dinâmico quanto o conhecido nas últimas décadas, e se a dos EUA continuar a avançar de forma moderada.⁶ Os outros três ficarão atrás do Japão e provavelmente até da Alemanha. Supostamente, os quatro Brics, conjuntamente, terão ultrapassado o G-6 do estudo – G-7 menos Canadá – em torno daquele ano. Mas isto não quer dizer que todos serão superpotências, uma vez que essa condição, ademais do PIB nominal, supõe uma capacidade de projetar poder que nem todos exibirão.

O outro Bric capaz de projetar poder, a Rússia, está por demais envolvido em suas próprias questões de “pequena geopolítica”⁷ para representar um desafio real ao atual sistema internacional. Ainda que enfrentando uma erosão relativa de sua capacitação em meios apropriados, trata-se de uma potência militar – mais exatamente nuclear, e apenas a esse título incorporada ao G-7 – que carece de outras condições econômicas e tecnológicas para realmente exercer sua cota de liderança mundial, no sentido da interdependência ativa, em conformidade com a globalização. A Rússia tem muitos recursos naturais, alguns deles estratégicos, como petróleo e gás, mas tem uma população declinante e condições de governança ainda deficientes. Ainda que esse aspecto não seja muito ressaltado pelas chancelarias do grupo, parece claro que a incorporação plena da Rússia ao G8 – se o grupo estiver destinado a perdurar no contexto do atual G20 financeiro – depende muito de suas credenciais democráticas e do respeito de seus dirigentes pelos direitos humanos e pelas liberdades civis, aspectos hoje descurados no quadro da atual governança quase ‘cesarística’ – ou czarista, como querem alguns – que tem sido registrado em sua evolução política recente.

Pode-se dizer que a Rússia e a China já são superpotências, detentoras de mísseis nucleares e alguma capacidade naval e aérea, mas não parecem dispor das mesmas condições de empreender operações navais ou aerotransportadas de grande porte, como os EUA e seus aliados da OTAN. No que diz respeito especificamente à China, apenas agora ela começa a construir a sua frota de águas azuis.⁸

⁶ Para uma análise das transformações em curso na China, nas últimas décadas, ver Rana Mitter, *Modern China: A Very Short Introduction* (Oxford: Oxford University Press, 2008).

⁷ Tratei dos conceitos de pequena e grande geopolítica em minha contribuição à obra coletiva já citada supra: “Uma paz não-kantiana?”, op. cit.

⁸ Registre-se, a título puramente informativo, os gastos militares dos quatro Bric em relação a seus PIBs respectivos, em 2007: os da Rússia, os mais elevados, correspondem a 3,5% do PIB (com gastos de US\$ 38,2 bilhões em 2008); a Índia vem em segundo lugar, com despesas militares avaliadas em 2,5% do PIB (à razão de US\$ 24,7 bilhões em 2008, excluídos os gastos com o programa nuclear), seguida da China, com 2% (estimados pelo Sipri, com um valor correspondente a US\$ 63,6 bilhões em 2008), mas aparentemente não estão registradas todas as despesas efetivamente incorridas com os militares ou relativas à defesa; o Brasil, finalmente, vem em último lugar, com 1,5% do PIB (US\$ 15 bilhões em 2008), mas grande parte desse montante não se destina a equipamentos ou gastos de fato vinculados à defesa do país, cabendo

Em qualquer hipótese, a capacidade de projetar poder não se exerce no vazio, mas depende de uma agenda precisa, de um “mapa de intervenção” e, no quadro atual das relações internacionais, de um contexto político minimamente sancionado pelo ‘sistema internacional’, por mais tênue ou vago que este possa ser. Ora, não se imaginam cenários geopolíticos comuns aos quatro Brics e não se concebem ações estratégicas ou de segurança que recolham conjuntamente as prioridades de suas respectivas agendas diplomáticas; ao contrário: em alguns cenários regionais, os três Brics da Eurásia possuem serias divergências entre si, com destaque para os conflitos de fronteira entre China e Índia.

O único foco estratégico capaz de colocar numa plataforma comum o eventual desejo de que os quatro Brics atuem conjuntamente em algum item importante da agenda internacional seria a luta contra o terrorismo, terreno no qual pelo menos três deles – a Rússia, a China e a Índia – podem claramente estabelecer sistemas formais e informais de troca de dados e até de ação conjunta, quando se considera que os três mantêm os mesmos sinais de alerta contra a fonte principal, na atualidade, de possíveis atentados terroristas: o fundamentalismo islâmico baseado na Ásia central e do sul, enfim, em enclaves dominados por certos grupos religiosos aos quais não é indiferente um dos centros organizadores desse tipo de ação terrorista, a Al-Qaeda. Nessa perspectiva, o Brasil é totalmente alheio a esse cenário e, supostamente, pequeno colaborador em qualquer empreitada do gênero.

Mais importante, talvez, do que a capacidade própria de projetar poder militar externamente é a capacidade que tem um país candidato a potência regional ou mundial de projetar poder econômico ou financeiro, geralmente num sentido positivo, ou seja, ser capaz de servir de ‘emprestador de última instância’ caso falhem os mecanismos multilaterais ou sejam insuficientes os recursos disponíveis nesses esquemas. Em outros termos, uma superpotência só parece ter capacidade de ostentar esse título quando também dispõe de uma clara liderança tecnológica e certa dominação financeira, o que não parece o caso de nenhum dos Brics. Para ser mais preciso, a China está caminhando mais rapidamente nessa direção, mas é apenas capaz, atualmente, de fazê-lo para o “mal”, ou seja, pode impor uma ruptura nos equilíbrios financeiros internacionais, caso decida interromper seu generoso financiamento dos déficits americanos. Para fazê-lo para o “bem”, ou seja, contribuir para os equilíbrios financeiros eventualmente sob tensão pela acumulação de países superavitários, de um lado, e deficitários, de outro, ela precisaria dispor de uma moeda livremente conversível e colocar fundos à disposição de países e das entidades multilaterais de socorro mútuo (FMI e Banco Mundial). Ora, nenhum dos Brics, atualmente, possui uma moeda conversível, embora a China seja grande detentora de recursos em divisas, que podem se prestar ao objetivo acima referido (o que ela, aliás, já vem fazendo, ao conceder créditos em sua própria moeda, geralmente para atender suas necessidades de bens primários, seguida, em proporções mais modestas, pelos demais Brics).

Por fim, cabe refletir, no plano diplomático, sobre a real capacidade de os Brics constituírem um bloco homogêneo suscetível de influenciar – pois este parece ser todo o sentido de sua eventual confluência diplomática num grupo formal – o processo atual de conformação de uma ‘nova’ ordem internacional, irremediavelmente caracterizada pela globalização capitalista (ainda que alguns recusem este adjetivo para a China⁹). Essa capacidade, escusado dizer, não depende da vontade conjunta dos Brics – posto que

fração significativa aos aposentados do próprio setor militar; dados coletados na base de dados do Stockholm International Peace Research Institute (<http://milexdata.sipri.org/>; acesso em abril 2009).

9 Tratei do pretense ‘socialismo de mercado’ da China em artigo em que procuro explorar a real natureza de suas transformações das últimas três décadas: “Falácias acadêmicas, 13: o mito do socialismo de mercado na China”, *Espaço Acadêmico* (ano 9, n. 101, outubro 2009, p. 41-50; link: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8295/4691>). Alguns autores, que recusam a realidade do capitalismo chinês, talvez mais exacerbado do que em qualquer outro dos Brics, preferem falar de um “corporatismo leninista”, como se o sistema político pudesse definir

nenhuma das economias dominantes do atual G7 ou mesmo do G20 determina, pelo lado diplomático, o curso da globalização – mas basicamente do poder transformador das realidades econômicas e políticas mundiais que cada um dos Brics poderia imprimir, a partir de uma dinâmica complexa, ao atual processo de interdependência global.

Em grande número de estudos especializados, ou mesmo em comentários da imprensa econômica, a China e a Índia são tomadas conjuntamente como grandes potências do futuro – independentemente de seu pertencimento, ou não, ao Bric – e são normalmente consideradas como as duas únicas nações capazes de influenciar o futuro ordenamento mundial, provavelmente em função de seu peso econômico e demográfico, tomados absolutamente, o que de fato coloca o Brasil e a Rússia em um patamar inferior de poder ou de influência internacional. Com base nesses critérios ‘brutos’ de poder primário, pode-se, efetivamente, isolar os dois grandes países asiáticos dos demais Brics; mas não é seguro que esses elementos ‘pesados’ sejam os mais relevantes na futura configuração do poder mundial, que tende a enfatizar bem mais o lado *soft* do poder do que certos componentes *hard* do cenário estratégico.

A Índia tem, de fato, uma população gigantesca, que deve ultrapassar a da China em alguns anos mais. Mas o que provavelmente mais pesa em seu favor, no atual processo de globalização, são estruturas econômicas e um ambiente de negócios mais capitalistas, ademais de algumas instituições universitárias de qualidade, traços que ela exhibe graças, justamente, à herança inglesa deixada pela antiga metrópole colonial, e que se manifesta também no regime político democrático, no sistema jurídico “inglês” e em certas outras instituições públicas. A favor, ainda, de sua inserção quase natural na globalização, figura uma diáspora indiana nos EUA e em outros países que permite o estabelecimento de vínculos de negócios e de serviços com as empresas inovadoras do país asiático, associando mais estreitamente os indianos à economia global. Pelo lado negativo podem ser apontados uma infra-estrutura pavorosa, uma população miserável e taxas de analfabetismo ainda enormes – o que, a rigor, não impede, de modo absoluto, sua inserção na globalização – e um ambiente regulatório ainda negativo para os negócios de forma geral.

No que se refere à China, ela foi durante muito tempo vista como uma “oficina do mundo”, devido a seus baixos custos; mas certamente os novos mandarins que compõem sua elite dirigente não se contentam com esse papel “ricardiano” tradicional que lhe seria atribuído na atual divisão mundial do trabalho. De fato, a principal vantagem comparativa, absoluta e relativa, da China, é sua grande população, o seu infindável ‘exército industrial de reserva’, daí sua posição imbatível na produção de manufaturas de massa, especialmente eletrônicos, e produtos industriais em geral. Esse fator é excelente para a China, elevando a qualificação profissional de sua população, trazendo renda e prosperidade para o país. Mas é ainda melhor para o resto do mundo, em primeiro lugar para os capitalistas dos países avançados, confrontados a custos salariais e reivindicações sindicais insustentáveis no plano da economia global. Para a macroeconomia mundial, trata-se igualmente de um fator positivo, pois a oferta abundante e barata de bens de consumo de massa pela China tem um importante efeito deflacionário (do contrário, o custo de vida seria muito mais elevado no plano global).

Não se pode tampouco descurar um elemento importante no processo de inovação: a China está fazendo um ‘favor’ aos países avançados, ao obrigá-los a constantemente se elevar na escala tecnológica, já que ela passa a dominar de modo quase absoluto as tecnologias disponíveis. Tudo isso é extremamente positivo para a economia mundial, ainda que possa destruir empregos nos países desenvolvidos (e em alguns intermediários, como o Brasil).

a natureza dos processos realmente existentes no terreno econômico.

Dos quatro países aqui considerados, a China é certamente o único que possui um plano consistente para se tornar uma potência tecnológica no médio prazo – provavelmente até no curto prazo – já que os novos mandarins não pretendem, obviamente, congelá-la no papel de fornecedora de produtos de massa, a partir de marcas e tecnologias estrangeiras já dominadas. Secretamente, os novos funcionários do Império do Meio pretendem refazer na metade do tempo o itinerário já seguido pelo Japão, inicialmente, e pela Coreia do Sul e Taiwan, no domínio das novas tecnologias características da quarta revolução industrial (microeletrônica, biotecnologia, novos materiais, modelagem industrial e tecnologias de informação e de comunicações). Com a exceção parcial da Índia – nesta de modo menos centralizado, mas igualmente atento aos aspectos de propriedade intelectual – não se trata de um projeto que se possa dizer comum aos quatro ou que a China pretenda partilhar com os demais Brics. De resto, não se imagina que as declarações de cúpula em favor de projetos comuns de cooperação venham a se refletir nos aspectos cruciais da capacitação científica e tecnológica de cada um deles ou numa ilusória transferência de tecnologia em benefício do conjunto, algo que jamais virá.

Quanto à Rússia, enfim, ela constitui um paradoxo, posto que já faz parte do G8 – teoricamente encarregado da convergência macroeconômica mundial –, do G20 financeiro – supostamente destinado a substituir o G8 nas funções de ‘coordenador’ da governança econômica mundial – e integra o Bric – supostamente possuidor de posições próprias, teoricamente comuns, em relação aos temas das agendas desses foros. A despeito de seu poderio militar – já ressaltado diversas vezes – a Rússia parece ser o membro dos Bric menos preparado para assumir uma participação ativa nos quadros da globalização capitalista, posto que a despeito de já ter sido reconhecida – provavelmente por razões unicamente políticas – como ‘economia de mercado’ (no G7 de Kananaskis), ela ainda encontra diversas dificuldades institucionais para integrar o GATT-OMC ou ser aceita como membro da OCDE. Ainda que o pertencimento a grupos como o Bric ou a Organização de Cooperação de Shanghai lhe interesse, já que ressaltando seu papel ‘estratégico’ em foros não frequentados pelos ‘hegemônicos’ do Ocidente, suspeita-se que ela não trocaria sua participação no G8 por um grupo mais difuso, e de ‘poder’ mais diluído, como o G20 financeiro ou qualquer outro esquema mais amplo desse tipo.

Ao fim e ao cabo, é o G7 tradicional, considerado por alguns ideólogos da nova geografia econômica mundial como ‘capitalista-hegemônico’, que é sempre referido em primeiro plano – isto é, à exclusão da Rússia – quando o que está em causa é a coordenação das políticas macroeconômicas que devem reger as relações econômicas internacionais. Os ministros financeiros e banqueiros centrais do G7 continuam, aliás, a se reunir de forma independente da Rússia, geralmente antes da presença desta última, para discutir as questões de fato relevantes da governança econômica mundial, reservando ao país euro-asiático um mero papel coadjuvante nos comunicados finais de cúpula, quando o essencial já foi acertado previamente entre os sherpas capitalistas.

Não se vislumbra, por sinal, como os países do Bric poderiam propor uma agenda econômico-financeira própria, quando lhes faltam requisitos mínimos para atuar nas principais alavancas – monetárias e financeiras – da economia mundial, bem como autoridade política para expressar valores comuns que sejam compartilhados pelos quatro, como os de democracia e direitos humanos, por exemplo; ou ainda uma percepção comum sobre como encaminhar certos temas difíceis da agenda internacional (como o tratamento a ser dado aos ‘proliferadores’ nucleares, entre outros problemas). Os quatro emergentes não estão aparentemente ainda em condições de propor uma nova ordem financeira que deveria supostamente organizar um mundo pós-hegemonia do dólar (bem mais anunciada do que efetiva), como tampouco de traçar diretrizes comuns que devessem ser eventualmente adotadas por um órgão de último recurso como o Conselho de Segurança.

Essa ‘sustentável leveza’ geopolítica, econômica e diplomática dos Bric faz com que qualquer exercício analítico sobre seu futuro se aproxime mais de uma especulação com ares de voluntarismo intelectual – sustentado, é verdade, por cálculos nacionais de natureza basicamente político-eleitoral – do que de um

esforço sério de planejamento político-diplomático envolvendo os *policy-planning staffs* de cada um deles. À falta de um papel relevante, em qualquer um dos planos da governança mundial (econômico-financeiro, estratégico-militar ou político-diplomático), o Bric parece ter de se conformar a ser apenas uma instância formal de consulta e de coordenação política, servindo a objetivos que cada um deles considera importantes, em sua dimensão própria, mas dificilmente constituindo uma plataforma comum de atuação decisiva nos capítulos mais importantes da agenda mundial.

A China parece ter consciência dessas limitações e considera de modo muito sério seu engajamento direto nas questões mais relevantes dessa agenda, posto que vem recusando delicadamente as propostas que lhe são feitas direta ou indiretamente para compor uma espécie de diretório bilateral do mundo em construção, que seria o G2, ou a *Chimerica*, do historiador Niall Ferguson. A China sabe que quanto maior o poder, maior a responsabilidade, o que redundaria em encargos internacionais que ela julga impossíveis de serem assumidos na presente conjuntura: ela se contenta em acumular mais poder – econômico, financeiro, tecnológico e, sobretudo, militar – mas não pretende exercer antes do tempo maiores responsabilidades no plano mundial. Como visto nos exemplos das questões de meio ambiente ou de combate ao terrorismo e à pirataria internacionais, a China pretende decidir ao seu próprio ritmo e isoladamente quanto aos níveis de seu engajamento no plano mundial.

Talvez o Bric esteja confrontado a um dilema semelhante, e não apenas em função das duvidosas credenciais democráticas de alguns de seus membros e do reduzido peso econômico efetivo de outros. Em todo caso, um grupo diplomático que tenha consistência intrínseca e propósitos mais do que amadores raramente se constitui a partir de um exercício intelectual – para não dizer de um jogo de palavras – de analistas interessados precipuamente em oportunidades de mercado, e este parece ser o ‘pecado original’ do Bric: um grupo formado a partir de uma sugestão, não de um esforço deliberado de identificação de posições comuns, para daí se traçar uma estratégia voltada deliberada e conscientemente para a conquista de posições na arena internacional.

4 - O Bric e a economia política da nova ordem mundial: contrastes e confrontos

O que caracteriza o Bric e como os países se apresentam no atual contexto mundial em mutação? Pode-se dizer, em primeiro lugar (mas isso é uma obviedade), que se trata de países ‘emergentes’, ou seja, caracterizados por um processo de crescimento sustentado e com grandes possibilidades na futura economia mundial, mas com diferentes modos de inserção na economia mundial da atualidade. Existem dois grandes fornecedores de produtos primários, mas bastante diferentes entre si, como o Brasil e a Rússia – com *commodities* agrícolas e energéticos, respectivamente – e dois outros países voltados para as tecnologias inovadoras, como China e Índia, mas com diferentes capacitações nesses terrenos, manufatureiros ou de serviços.

De todos eles, o Brasil é, inquestionavelmente, o mais ‘capitalista’ de todos, a despeito de suas deficiências regulatórias e do enorme esforço conduzido pela China para tornar-se uma economia de mercado plena. Também, como a Índia, o Brasil tem estruturas políticas formalmente democráticas, ainda que de baixa qualidade, tendo em vista o constante desrespeito à lei por parte das próprias autoridades (talvez em todos eles). Sua taxa de corrupção pode não ser mais alta ou mais baixa que os outros três, mas é certamente entranhada na máquina pública, como qualquer registro jornalístico poderia comprovar. Mas essa característica parece ser igualmente partilhada pelos demais. Os outros três são potências nucleares reconhecidas, embora apenas Rússia e China sejam formalmente aceitas e legitimadas nessa categoria.

Em todo caso, um exercício comparativo não pode prescindir de dados objetivos da realidade econômica de cada um dos Brics, de modo a poder melhor ressaltar as eventuais diferenças ou semelhanças entre eles. Em termos territoriais, critério que também implica disponibilidade de recursos, a Rússia continua a exibir, a despeito da enorme amputação territorial decorrente do desmembramento da finada União Soviética, a maior superfície territorial do mundo, embora sua dinâmica demográfica seja declinante, o que poderia teoricamente comprometer o seu futuro produtivo. Um retrato de conjuntura, a partir dos dados primários relativos a produção e PIB per capita, em termos de paridade de poder de compra (PPC), bem como sua classificação no contexto mundial, inclusive para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se apresentaria desta forma:

**Tabela 1 – Brics: posições ocupadas no ranking mundial.
Indicadores selecionados (2008)**

PIB nominal (US\$ milhões)		PIB PPC (US\$ milhões)	
3 China	4.327.448	2 China	7.916.429
8 Rússia	1.676.586	4 Índia	3.288.345
10 Brasil	1.572.839	6 Rússia	2.260.907
12 Índia	1.206.684	9 Brasil	1.981.207
PIB PPC per capita (US\$)		IDH (2007)	
52 Rússia	15.948	71 Rússia	0.817
77 Brasil	10.466	75 Brasil	0.813
100 China	5.970	92 China	0.772
130 Índia	2.780	134 Índia	0.612

Fontes: International Monetary Fund, *World Economic Outlook Database*, October 2009; UNDP, United Nations Development Program's *Human Development Report - Human Development Indices - A statistical update 2008*.

As duas últimas colunas, relativas ao PIB per capita (PPC) e ao IDH, trazem relativo 'conforto' para Brasil e Rússia, que se situam nas melhores posições dos Brics, ainda que a grande distância dos primeiros colocados no ranking mundial; mas esses dados não são tão relevantes em termos de poder mundial, expresso primariamente nos dados do PIB nominal, ou pelo menos na "capacidade de compra" no plano externo dos países em questão, dados estes que privilegiam a China e Rússia, com a Índia em último lugar (lugar que ela ocupa para três dos indicadores selecionados). Se considerarmos, contudo, a "capacidade agregada de compra" de cada um deles, a China aparece em um distante primeiro lugar, posto que seu PIB PPC é maior do que a soma dos três outros 'parceiros' no Bric, situando-se, aliás, 5% acima daquele total (e crescendo fortemente).

Os Brics também devem ser examinados em sua dinâmica econômica, basicamente em relação aos dados de crescimento e os relativos à estabilidade macroeconômica. Dados fiscais também são relevantes, mas as estruturas tributárias e as atribuições de cada um dos governos são muito diversificadas para uma comparação relevante. O comportamento de cada um dos Brics quanto a esses dados fundamentais se apresenta da seguinte forma:

Tabela 2 – Brics: dados macroeconômicos fundamentais, 2003-2010

Taxas de crescimento anual do PIB real (%)								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	2010*
China	10,0	10,1	10,4	11,6	13,0	9,0	8,5	9,0
Índia	6,9	7,9	9,2	9,8	9,4	7,3	5,4	6,4
Rússia	7,3	7,2	6,4	7,7	8,1	5,6	-7,5	1,5
Brasil	2,5	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	5,7
Taxas de crescimento anual dos preços ao consumo (%)								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	2010*
China	1,2	3,9	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,1	0,6
Brasil	14,8	6,6	6,9	4,2	3,6	5,7	4,8	4,1
Índia	3,8	3,8	4,2	6,2	6,4	8,3	8,7	8,4
Rússia	13,7	10,9	12,7	9,7	9,0	14,1	12,3	9,9

Fonte: International Monetary Fund, *World Economic Outlook, October 2009 – Statistical Appendix*, Tabelas A4, p. 174-176 e A7, p. 180-182; * 2009 e 2010: estimativas. A taxa de “crescimento” do Brasil em 2009 foi em 0%; a da China correspondeu ao previsto, assim como a dos outros dois.

Da tabela acima, emerge de forma consistente o enorme sucesso da China, ao conseguir manter, por um largo período de tempo, altas taxas de crescimento econômico (da ordem de 10% do PIB em termos reais e mais de 8% em termos per capita), combinando-as com a menor inflação registrada nos quatro países, o que certamente é um desempenho excepcional nos anais da história econômica mundial, provavelmente jamais igualado e não destinado a reproduzir-se alhures, em circunstâncias semelhantes. A Índia aparece como o segundo caso de maior sucesso ao longo do mesmo período, ao passo que a Rússia registrou um comportamento mais errático, posto que recuperando em grande medida o declínio da década anterior, mas baseando seu crescimento na demanda mundial por seus produtos de exportação (energia), o que explica a brutal reversão a partir da crise de 2009 e da queda significativa nos preços do petróleo. Em termos de aumento de preços ao consumo, a Rússia foi, igualmente, o país de pior comportamento ao longo de todo o período observado, o que se decorre, provavelmente, de um itinerário fiscalmente pouco recomendável (o qual, por sua vez, é o resultado de condições políticas menos estáveis do que nos demais países).

Dos quatro Brics, o Brasil foi o que menos cresceu durante o período focado, embora o aspecto quantitativo talvez não seja o principal motivo de preocupação no que se refere às perspectivas brasileiras de desenvolvimento econômico. Registrar uma taxa sustentável e sustentada de crescimento econômico ao longo do tempo significa, basicamente, manter uma taxa de investimento compatível com os recursos disponíveis no sistema econômico. A atual taxa de investimento do Brasil, mesmo complementada por alguma poupança externa, parece insuficiente para garantir patamares razoáveis de crescimento, quais sejam, na faixa de 5% ou mais. Quando isso ocorreu, foi na onda do grande crescimento mundial, com enorme demanda pelos produtos brasileiros de exportação (cujas vendas, aliás, cresceram bem mais em valor do que em volume).

Um dos fatores que respondem pelo baixo crescimento brasileiro é o fenômeno que os economistas chamam de *crowding-out* (efeito de deslocamento ou de evicção), em outras palavras, a existência de um Estado extrator, quase predatório, em todo caso obstrutor do direcionamento da poupança privada ao

setor produtivo. Esse talvez seja o caráter pernicioso que mais diferencia o Brasil dos demais Brics, que registram níveis de carga fiscal menos elevados. Por outro lado, diagnósticos elaborados por consultores independentes confirmam que a economia brasileira precisaria ser capaz de desenvolver fontes próprias de inovação tecnológica, o que não depende unicamente da formação bruta de capital fixo, mas também de uma cultura da inovação que ainda não está devidamente assentada nas instituições pertinentes, ou seja, empresas e universidades, cabendo até aqui a maior parte do esforço ao próprio governo.

Se o governo fosse um extrator moderado dos recursos do setor privado, talvez a propensão deste a investir fosse maior. Se, por outro lado, ele diminuísse os gastos consigo mesmo – gastos que vêm crescendo a taxas insustentáveis nos últimos anos, superiores ao crescimento do PIB e da própria inflação – talvez ele pudesse participar mais dos investimentos produtivos, geralmente em infra-estrutura, educação, saúde, habitação, ciência e tecnologia, entre outros. Em qualquer hipótese, o governo precisaria reverter o processo de crescimento da carga fiscal, que está nitidamente em contradição com os requerimentos do crescimento econômico, alinhando-se, assim, um pouco mais, com os demais Brics.

Ao observar os dados relativos às contas externas, o retrato chinês aparece, mais uma vez, como o mais favorável, com progressos constantes e regulares ao longo de todo o período. Isto se deve à sua forte posição exportadora e aos mecanismos cambiais utilizados pelo governo para continuar a sustentar a competitividade externa das manufaturas produzidas na China (ainda, em grande medida, de marcas ocidentais). No caso da Rússia, os dados estão inteiramente vinculados ao desempenho dos setores do petróleo e do gás, tendo ocorrido, assim, uma brutal reversão nos dois anos de crise, em 2008 e 2009. A Índia apresenta um déficit crônico em suas contas correntes, mas vem ainda assim acumulando reservas, o que tampouco reflete um comportamento fiscalmente responsável, sendo antes o resultado de sua imensa diáspora externa, o que não deixa de ser um fator positivo, inclusive no plano das inovações tecnológicas e do mundo dos negócios, essencial para o seu sucesso na indústria de software e nas tecnologias de informação e comunicações.

Tabela 3 – Brics: transações internacionais

Balança de transações correntes (% do PIB)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	2010*
China	2,8	3,6	7,2	9,5	11,0	9,8	7,8	8,6
Rússia	8,2	10,1	11,0	9,5	5,9	6,1	3,6	4,5
Brasil	0,8	1,8	1,6	1,3	0,1	-1,8	-1,3	-1,9
Índia	1,5	0,1	-1,3	-1,1	-1,0	-2,2	-2,2	-2,5

Evolução das reservas internacionais (US\$ bilhões)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*	2010*
China	409,2	615,5	822,5	1.069,5	1.531,3	1.950,3	2.240,0	2.528,6
Rússia	73,8	121,5	176,5	296,2	467,6	413,4	380,7	434,3
Índia	99,5	127,2	132,5	171,3	267,6	248,0	263,1	284,8
Brasil	48,9	52,5	53,3	85,2	179,5	192,9	219,8	240,2

Fonte: International Monetary Fund, *World Economic Outlook*, October 2009 – Statistical Appendix, Tabelas: A12, p. 189-191 e A15, p. 194; * 2009 e 2010: estimativas.

No caso do Brasil, é previsível a deterioração de suas transações correntes com a retomada do crescimento, embora os resultados negativos nessa parte do balanço de pagamentos possam ser facilmente cobertos por investimentos diretos e outras formas de financiamento externo. Não existe falta de liquidez internacional, apenas problemas temporários ligados a determinados mercados de créditos que já vem sendo sanados, inclusive de forma exagerada no caso de países com relativa estabilidade macroeconômica como o Brasil. Também é visível o crescimento de suas reservas, mas neste caso é preciso registrar que a acumulação excessiva de divisas se faz a um enorme custo fiscal, insustentável, tendo em vista o crescimento da dívida pública e os níveis elevados dos juros de referência (de duas a três vezes superiores às taxas médias dos mercados financeiros mundiais). A despeito dessa realidade e do custo-oportunidade implícito a esse tipo de opção, o governo brasileiro constituiu um 'Fundo Soberano' sem dispor, de fato (e à diferença dos demais Brics), das condições para criar esse tipo de reserva de aplicação financeira¹⁰ – que são a disponibilidade de um superávit fiscal consistente nas contas públicas e a existência de saldos em transações correntes também significativos –, tendo utilizado para isso recursos orçamentários (sem a necessária previsão legal, registre-se), no que se assemelha, bem mais, a um 'fundo eleitoral' a ser livremente utilizado em 2010.

Na verdade, a grande justificativa para a existência da sigla Bric, segundo seu propositor original, seria a dimensão do impacto dessas economias emergentes na economia mundial e sua capacidade de moldar o futuro. Mas, a julgar pelos dados efetivos, a situação é bastante diferenciada no que se refere à capacidade de influenciar as tendências fortes da economia mundial, a exceção negativa sendo mais uma vez constituída pelo Brasil, como se depreende da tabela abaixo.

Tabela 4 – Brics: PIB em PPC em proporção do PIB mundial (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
China	7,6	8,1	8,6	9,1	9,5	10,1	10,8	11,4
Índia	3,7	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4	4,5	4,8
Rússia	2,7	2,8	2,9	2,9	3,0	3,1	3,1	3,3
Brasil	2,9	2,9	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8

Fonte: International Monetary Fund, *World Economic Outlook*, October 2009, Statistical Appendix, Tabela A, p. 162.

De fato, enquanto o Brasil vem mantendo a grande custo sua participação no PIB mundial, os três outros Brics vêm consistentemente ganhando peso e importância no contexto global, com grande destaque, como sempre, para a China, que conquistou quatro pontos percentuais no período considerado. Embora agregadamente os Brics já constituam mais de um quinto da economia mundial, os ganhos são todos imputáveis aos três outros 'parceiros', posto que o Brasil, penalizado por sua ínfima taxa de poupança – da qual decorre uma igualmente irrisória taxa de investimento – continua penosamente a preservar sua parte num bolo sempre crescente.

Incidentalmente, cabe registrar que as taxas de poupança e de investimento do Brasil poderiam ser bem maiores se todos os recolhimentos compulsórios determinados pelo governo central, a título de contribuições sobre a folha de pagamentos salariais ou sobre o faturamento das empresas, vários deles repetitivos ou incidindo em cascata (como os diversos tributos para o financiamento da seguridade social, inclusive no caso bizarro das importações), fossem direcionados para o investimento produtivo, quando atualmente eles convergem para o caixa único do Tesouro e sofrem todo tipo de manipulação orçamentária.

¹⁰ Ver, a este respeito, o estudo de Rodrigo Luiz Sias de Azevedo, "O Estado como Investidor: Um Panorama dos Fundos Soberanos", *Sinopse Internacional BNDES* (Rio de Janeiro, n. 10, setembro 2008, p. 19-29; www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/sinopse_int_l.asp).

Em todo caso, a taxa de investimento do Brasil, em comparação com as dos demais Brics, deve continuar, no futuro previsível, nos mesmos patamares atuais, o que significa que a expansão da presença desse bloco na economia mundial não poderá depender da dinâmica econômica do seu membro latino-americano.

Entretanto, esse tipo de exercício puramente ‘volumétrico’ – ou seja, dos dados primários da economia – não é um indicador fiável de influência político-diplomática ou de peso econômico e financeiro do bloco na comunidade internacional: o tamanho físico do produto bruto superestima um elemento que pode, simplesmente, não ser o mais relevante do ponto de vista das tendências ‘fortes’ da economia mundial. Como se deve suspeitar, nos casos da Rússia e do Brasil, ele indica uma presença marcante em mercados de *commodities* que dificilmente possuem quaisquer virtudes transformadoras dos padrões de produção e de tecnologia da economia mundial. Nesse particular, os nichos mais dinâmicos de mercado vem sendo ocupados, como é notório, pela Índia e, sobretudo, pela China, que tem se posicionado nos setores de maior valor agregado, com altos componentes de ciência e tecnologia (ainda predominantemente estrangeiros, mas crescentemente chineses, passando às marcas).

Em todo caso, pela sua grande importância demográfica, econômica e militar, assim como através da disseminação gradual de tecnologias proprietárias e de investimentos diretos a partir dos centros avançados da economia mundial, pode-se prever com toda segurança que a participação dos Brics nas exportações mundiais de bens e serviços e no PIB total deverá se expandir a partir dos valores atuais, tal como resumido na tabela abaixo, construída a partir de dados do FMI.

Tabela 5 – G7 e Brics: participação no PIB agregado, nas exportações de bens e serviços e na população mundial, 2008 (% dos totais)

Países Ricos (33)	PIB agregado		Export. bens-serviços		População	
	ricos	mundo	ricos	mundo	ricos	mundo
Totais	100	55,1	100	65,0	100	15,1
EUA	37,4	20,6	14,2	9,3	30,3	4,7
Alemanha	7,6	4,2	13,3	8,7	8,2	1,2
França	5,6	3,1	6,0	3,9	6,2	0,9
Itália	4,8	2,6	5,2	3,4	5,9	0,9
Japão	11,5	6,3	7,0	4,5	12,7	1,9
Reino Unido	5,8	3,2	6,1	4,0	6,1	0,9
Canadá	3,4	1,9	4,1	2,7	3,3	0,5
G7	76,2	41,9	56,5	36,5	72,7	11,0

Países em desenv.(149)	PIB agregado		Export. bens-serviços		População	
	em des.	mundo	em des.	mundo	em des.	mundo
Totais	100	44,9	100	35,0	100	84,9
China	25,3	11,4	22,9	8,0	23,5	19,9
Índia	10,6	4,8	3,9	1,4	21,0	17,8
Rússia	7,3	3,3	7,6	2,7	2,5	2,1
Brasil	6,3	2,8	3,2	1,2	3,4	2,8
Bric	49,5	22,3	37,6	13,3	50,4	41,6
Bric + G7	-	64,2	-	49,8	-	52,6

Fonte: International Monetary Fund, *World Economic Outlook*, October 2009, Statistical Appendix, Tabela A, p. 162.

O que caberia destacar, talvez, não é apenas a importância respectiva do G7 e dos Brics no contexto da economia mundial, mas sua relevância conjunta para o processo de globalização: com pouco mais da metade da população mundial (nesse particular, o peso decisivo é dos Brics), os dois blocos são responsáveis por mais de dois terços da riqueza mundial e respondem por quase a metade das exportações de manufaturados e serviços (mas, nestes dois quesitos, o peso do G7 é o dobro e o triplo dos Brics). Essa concentração deveria ter, supostamente, implicações para a governança e a geoeconomia mundiais: ou seja, tomados conjuntamente, os dois grupos de países poderiam determinar boa parte da agenda internacional, em todo caso bem mais do que o G20, naturalmente mais diversificado e heterogêneo, nos planos político, econômico, ideológico e cultural, o que certamente dificultaria a adoção de medidas comuns no sentido da convergência macroeconômica. Seria importante ressaltar que o G7 é bem mais estruturado institucionalmente e mais homogêneo, no que se refere ao conjunto de suas políticas econômicas e setoriais, do que o Bric, sem esquecer a 'cultura' totalmente capitalista e essencialmente democrática do primeiro grupo.

Não é provável, contudo, uma atuação conjunta, convergente ou sequer coordenada do G7 e do Bric, em parte por razões diplomáticas que caberia doravante explicitar, em parte porque o G20 financeiro parece ter ocupado um espaço legítimo de atuação que ficaria difícil deslocar, agora, em favor de um esquema de coordenação mais restrito, tendente a ser identificado como uma espécie de arranjo 'oligárquico'. As razões principais, porém, parecem ser de natureza política, vinculadas a um conjunto variado de 'crenças' e de concepções divergentes quanto à governança, tanto no plano da 'economia doméstica', quanto no âmbito internacional.

5 - Grandezas e misérias da substituição hegemônica: lições da História

Uma questão pertinente, que caberia formular no que se refere ao novo bloco, é sobre se teria havido a iniciativa, mesmo que preliminarmente, ou se teria ocorrido a qualquer um dos quatro a idéia da criação de tal grupo na ausência do exercício intelectual conduzido pelo economista do Goldman Sachs. Em outros termos, teria havido a tentativa de formação de um grupo diplomático que tem pretensões não apenas à permanência, mas também à relevância no atual contexto internacional sem a sugestão 'financeira' do exercício em questão?

Dois temas relevantes emergem a partir dessas questões: (a) o caráter inédito ou totalmente inovador da iniciativa em causa, do ponto de vista da diplomacia brasileira; (b) as implicações maiores, em perspectiva histórica, de um cenário que pode ser equiparado a uma mudança de 'placas tectônicas' na geopolítica mundial. Do ponto de vista do cenário geopolítico mundial, a segunda questão é, obviamente, bem mais importante do que a primeira, e a ela dedicaremos maior espaço nesta discussão final.

No primeiro aspecto, pode-se observar que a busca de 'alianças estratégicas' com um número seleto de parceiros no mundo em desenvolvimento não é totalmente inédita no período recente da política externa brasileira. Para recuperar fielmente a memória diplomática em torno da questão, cabe registrar que os contatos formais e informais, as visitas e consultas do Brasil aos três outros países não são totalmente inéditos, tendo ocorrido de maneira pontual, e provavelmente motivada por propósitos similares (mas certamente não semelhantes), desde a administração anterior, tendo o presidente Fernando Henrique Cardoso visitado cada um dos países (ademais da própria África do Sul) e intensificado a cooperação com cada um deles. Havia uma consciência incipiente quanto à importância de cada um

deles no novo ordenamento mundial em formação no pós-Guerra Fria. Mas, de fato, não havia, nem no governo do FHC, nem ao início do governo Lula, uma concepção estruturada quanto à conformação de um grupo a quatro, com essa designação, até o lançamento do termo pelo economista Jim O'Neill e sua popularização algum tempo depois.

O que ocorreu a partir dessa 'vulgarização' do conceito e de seu *succès d'estime* foi uma conjunção de conveniência diplomática e de interesse político, com motivações nacionais provavelmente diferentes em cada caso, mas respondendo a um claro sentido de oportunidade política compartilhada em diversos graus de interesse pessoal pelos líderes dos quatro países. Antes mesmo que ocorressem os contatos diplomáticos formais desse 'G4', a decisão em prol da formação do novo grupo deve ter sido precedida por algum impulso 'narcisístico' da parte de alguns de seus membros e, presumivelmente também, do desejo de contestar a ordem estabelecida do G7, ressentida como oligárquica, ultrapassada ou arrogante (ou todas as opções ao mesmo tempo).

No que se refere ao primeiro impulso, ou seja, a vaidade em relação às próprias iniciativas, trata-se de um sentimento 'natural' no plano psicológico, mesmo em se tratando de países, e isto por duas razões muito simples: os homens de governo que são responsáveis por decisões diplomáticas são pessoas desejosas de prestígio internacional, não apenas para os seus países, mas também para si próprios; por outro lado, são extremamente raros os anúncios de uma nova realidade em construção, que sejam acolhidos tão favoravelmente como foi a sugestão do Bric, recebido como um fator positivo de reequilíbrio mundial em quase todas as análises disponíveis sobre cenários estratégicos. Desse ponto de vista, a iniciativa também contempla as melhores expectativas dos responsáveis políticos nesses países.

Quanto ao segundo tema em exame, a previsão antecipada e a criação previsível do Bric, no curso de uma transformação anunciada da ordem mundial, se dão em circunstâncias relativamente inéditas no contexto mundial, comparativamente aos precedentes do gênero. Se é verdade que se está assistindo a uma transformação importante do cenário estratégico internacional, ou seja, talvez a uma mudança de características 'geológicas' na história mundial, então caberia uma revisão dos precedentes na matéria, pois as consequências podem ser desestabilizadoras para o chamado equilíbrio mundial.

De fato, o registro histórico não tem uma memória muito positiva das fases de declínio de grandes potências tradicionais e dos momentos de emergência de novos desafiantes na ordem mundial (regional ou global). No passado, os competidores precisavam abrir caminho a cotoveladas e empurrões, ou talvez até mais do que isso, desenvolvendo comportamentos agressivos enquanto expandiam seus interesses no exterior, geralmente pelo comércio, mas não raro pela força, o que de certa forma é 'natural': potências estabelecidas nunca cedem terreno voluntariamente, sobretudo em situações de 'exclusivo colonial' ou de luta por acesso a recursos escassos (matérias primas valiosas ou energia). Os grandes conflitos entre Estados hegemônicos, desde o nascimento da era moderna, e as guerras globais no século 20 nasceram dessas lutas pela primazia econômica, estratégica e política, de caráter regional ou mundial.¹¹

O resultado foi sempre catastrófico em termos de perdas materiais e de vidas humanas. Computando-se apenas o século 20 os números são horripilantes: o velho militarismo imperial alemão, o nascente militarismo fascista japonês e o expansionismo nazista, sem mencionar o menos "eficiente"

¹¹ Uma análise econômica da sucessão de hegemonias na história mundial está em Charles P. Kindleberger, *World Economic Primacy, 1500 to 1990* (New York: Oxford University Press, 1996). Uma análise pela vertente dos recursos estratégicos e sobre a tendência dos impérios em estender em demasia seus domínios está em Paul M. Kennedy, *The Rise and Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* (New York: Random House, 1987); *Ascensão e queda das grandes potências* (Rio de Janeiro: Campus, 1989).

fascismo italiano, produziram, antes e durante as guerras que eles mesmos provocaram, dezenas de milhões de mortos, contabilidade ainda aumentada por regimes totalitários que tiveram o duvidoso privilégio de eliminar os seus próprios cidadãos (aliás, nada mais do que súditos) antes e depois desses conflitos globais. Para ser preciso, os totalitarismos de tipo comunista conseguiram eliminar, em tempos de 'paz' ou no âmbito puramente interno, um número aferidamente maior de 'inimigos de classe' do que o fizeram os totalitarismos fascistas em relação aos inimigos de guerra ou 'raças inferiores'.¹²

Dois herdeiros desses Estados totalitários integram atualmente o Bric, sem ter necessariamente passado por uma reconstrução democrática.¹³ São incertas as credenciais democráticas da Rússia e ainda mais duvidosas as da China, com certeza já saída do totalitarismo mas exibindo o que foi chamado de "autoritarismo flexível", dominado por uma "pluto-burocracia".¹⁴ Um terceiro, a Índia, amargou quase três séculos de dominação colonial e, embora constituindo um Estado democrático, suas instituições políticas apresentam quase tantos defeitos quanto as do Brasil, também plenamente democrático, mas exibindo desigualdades típicas de Estados menos desenvolvidos.

Um dos totalitarismos pode ter, aliás, contribuído, ainda que involuntariamente, para o deslanchar da mais terrível das guerras de destruição já conhecidas em toda a história da humanidade, ao ter concluído um pacto secreto com a Alemanha nazista prevendo a partilha da Polônia e, portanto, a sua própria expansão (mesmo se por motivos basicamente securitários), num dos gestos mais sórdidos de que se tem registro nos anais da diplomacia mundial. Não se tratou, por sinal, no caso da descida para a guerra mundial de 1939-1945, de uma contestação à "ordem internacional do imperialismo anglo-saxão", como pretendem alguns 'contestadores' da atual ordem estabelecida, mas de um dos mais regressistas assaltos às próprias bases da civilização moderna, posto que envolvendo uma negação violenta de valores e princípios que estão no coração mesmo do que se considera constituir uma sociedade civilizada: o regime democrático, o respeito aos direitos das minorias, a tolerância religiosa e à alteridade étnica, liberdades individuais e direitos humanos de maneira geral. Identificar as decisões criminosas tomadas pelas lideranças nazi-fascistas no limiar da Segunda Guerra como equivalentes a uma contestação anti-hegemônica, ou como um desejo de 'desconcentrar o poder mundial', não constitui apenas um deformação do registro histórico, mas um insulto à inteligência de toda uma geração de pesquisadores e historiadores. Aliás, um exercício de história virtual, como conduzido por historiadores profissionais,¹⁵ poderia indagar sobre a natureza política do mundo contemporâneo, caso esse "desafio ao imperialismo anglo-saxão" tivesse sido bem sucedido nos termos pretendidos por seus promotores, ou seja, com base na supremacia de

¹² Uma tentativa de balanço, certamente ainda não definitiva até abertura dos diversos arquivos dos regimes comunistas, foi efetuada por Stéphane Courtois et alii (orgs.), *Le Livre noir du communisme: crimes, terreur, répression* (Paris: Robert Laffont, 1997); a contabilidade macabra, sujeita a controvérsias metodológicas entre historiadores, se aproximaria de 100 milhões de vítimas.

¹³ Em junho de 2009, a Freedom House, um *think tank* de Washington dedicado à causa das liberdades e da democracia no mundo, lançou o estudo "Undermining Democracy: 21st Century Authoritharians", tendo selecionado cinco países para um escrutínio mais detalhado: China, Rússia, Irã, Venezuela e Paquistão; para o relatório completo ver o link: http://www.underminingdemocracy.org/files/UnderminingDemocracy_Full.pdf; para os estudos da China e da Rússia, ver, respectivamente <http://www.underminingdemocracy.org/china/> e <http://www.underminingdemocracy.org/russia>.

¹⁴ Cf. Jean-Luc Domenach, *La Chine m'inquiète* (Paris: Perrin, 2008). Sobre o caso russo, ver Andrei Ryabov, Michael McFaul e Nikolai Petrov, *Between Dictatorship and Democracy: Russian Post-Communist Political Reform* (Washington: Carnegie Endowment For International Peace, 2004).

¹⁵ Para um exemplo no gênero, ver Niall Ferguson (ed.), *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals* (New York: Basic Books, 1997). Apliquei o modelo à história do Brasil no seguinte ensaio: "História virtual do Brasil: um exercício intelectual", revista *Espaço da Sophia* (ano 1, n. 9, dezembro 2007; link: http://www.espacodasophia.com.br/publicacoes/doc_view/334-historia-virtual-do-brasil-um-exercicio-intelectual?tmpl=component&format=raw).

raças superiores e na escravização de povos considerados inferiores: com toda certeza, eslavos, amarelos e mestiços tropicais não teriam nenhum espaço para sua atual emergência 'contestadora'. Este não é, provavelmente, o cenário desejado pelos contestadores do 'imperialismo anglo-saxão'.

Obviamente, não existem paralelos possíveis, pelo menos no terreno da prática, entre o que fizeram os derrotados desafiadores da suposta hegemonia britânico-americana do pré-guerra e o que pretendiam fazer hoje os integrantes do Bric; nem se imagina que os promotores do conceito atual, em seus desdobramentos geopolíticos, estejam projetando qualquer nova hegemonia mundial. O que se cogita, na atualidade, talvez seja uma contestação do 'imperialismo anglo-saxão' (mais imaginário do que efetivo), mas apenas nos planos econômico e geopolítico, com algum suporte estratégico e preferencialmente nenhum recurso à força, seja numa confrontação militar direta, seja de algum outro tipo (embora esse cálculo sempre esteja presente no planejamento estratégico dos responsáveis pelo setor).

De toda forma, o exercício não é puramente intelectual, posto que as lideranças do Bric pretendem dar consistência prática às suas declarações políticas, de resto vazadas em cuidadosa retórica diplomática. Por exemplo, o fato de que os dirigentes dos Brics declarem seu apoio "a uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa, baseada no império do direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, nas ações coordenadas e no processo decisório coletivo de todos os Estados",¹⁶ significa, em última instância, que eles consideram que a ordem mundial atual não é suficientemente democrática ou inclusiva. As receitas para torná-la mais democrática e representativa passam, invariavelmente, por uma redistribuição do poder decisório nos principais organismos econômicos internacionais em seu próprio favor, posto que esta é uma derivação lógica do argumento de que se deve levar em conta as novas realidades econômicas que emergiram nas últimas décadas. Ou seja, se a ordem mundial atual é considerada oligárquica, sua ampliação seletiva, ainda que em favor dos Bric, conduziria a uma oligarquia um pouco mais ampla, o que é diferente de democracia.

Curiosamente, não existe, em qualquer comunicado formal do Bric, de nível ministerial ou de cúpula, nenhuma defesa da democracia política enquanto tal, assim como inexistem qualquer referência aos direitos humanos ou a outros valores que constituem um lugar comum nos comunicados do G7 tradicional. A defesa de uma ordem mais democrática se dá unicamente no plano das instituições da governança global, em especial das entidades econômicas internacionais, objeto de diversas referências nos comunicados e entrevistas de trabalho. Ou seja, essa mudança deveria ocorrer prioritariamente com a acomodação dos interesses nacionais dos Brics, embora eles também pretendam falar em nome dos países em desenvolvimento, ou servir de ponte entre estes e os países mais avançados, embora as prioridades de Brasil e Índia estejam em sua própria inclusão no Conselho de Segurança.

Em qualquer hipótese, cada um à sua maneira, os Brics aparentam ter motivos suficientes para desejar uma alteração da ordem mundial, para eles dominada por potências que no passado foram colonialistas e opressoras. Não se pode dizer que qualquer um deles, inclusive o Brasil, corresponda à configuração completa ou acabada do que se entende por uma economia capitalista avançada, que é o critério definidor por excelência dos integrantes do G7. Os dirigentes dos Brics estão convencidos de que essas potências conformaram de modo legítimo, mas que hoje dominam de modo ilegítimo, as

¹⁶ Ver: "Declaração Conjunta dos Líderes dos Países do BRIC (Ecatemburgo, 16 de junho de 2009)", Nota à Imprensa n. 292 (17/06/2009), Assessoria de Imprensa do MRE (disponível: http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=6580). Na reunião de 2010, no Brasil, se adotou um linguajar relativamente similar; novamente, Rússia e China apoiaram as pretensões do Brasil e da Índia a um papel mais importante no âmbito das Nações Unidas, sem tocar, porém, na questão do Conselho de Segurança; ver Nota à Imprensa n. 212 (15/04/2010), Assessoria de Imprensa do MRE (disponível: http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=8050)

instituições da governança mundial, econômica e política. Eles também acreditam que a nova ordem deve ser organizada de uma outra forma que não aquela conhecida no último meio século. A justificativa é que as novas instituições devem ser mais democráticas e representativas da nova ordem emergente, na qual os seus próprios países passaram a desempenhar um papel mais afirmado.

Admitindo-se que ele não seja feito unicamente em causa própria, o argumento dos Brics quanto à 'democratização da ordem mundial' parece inatacável, sobretudo quando se incorpora à demanda de maior participação dos países em desenvolvimento na governança mundial. Todavia, não existe um consenso geral sobre as formas de ser realizado esse objetivo, sobretudo no que se refere à principal 'assimetria' existente no próprio Bric, que é o pertencimento ao Conselho de Segurança da ONU. Com efeito, em relação à meta prioritária do Brasil e da Índia no tocante ao CSNU, o primeiro comunicado ministerial do Bric apenas reitera, de maneira muito cautelosa, a importância que a Rússia e a China atribuem ao "status da Índia e do Brasil nos assuntos internacionais, e [que os ministros] compreendem e apóiam as aspirações da Índia e do Brasil a desempenharem um papel maior nas Nações Unidas",¹⁷ o que representa um obscurecimento notável das aspirações realmente exibidas pelos dois.

Este não é, certamente, o único desacordo – ou a única 'assimetria' – existente entre os Brics, podendo ser citado o problema do sistema financeiro internacional e a discussão em torno do papel das moedas de reserva (divisas) ou de uma moeda contábil internacional. Depois de ter aventado a hipótese de substituição do dólar pela unidade de referência do FMI, o Direito Especial de Saque, a China recuou cuidadosamente de qualquer compromisso nesse sentido da primeira reunião de cúpula do Bric.¹⁸ Brasil e Índia também tem veiculado críticas veladas e abertas à política cambial da China – que mantém o renminbi (yuan) artificialmente desvalorizado, "roubando" mercados, domésticos e externos, dos dois países – mas as reuniões de cúpula, ou mesmo os encontros de ministros de finanças dos quatro tem evitado de se pronunciar oficialmente sobre o tema, certamente em virtude da oposição da China.

De resto, como constatado nas seções anteriores, existem enormes diferenças estruturais, de dotação de fatores, de políticas públicas – macroeconômicas e setoriais – entre cada um dos Brics, assim como eles ostentam agendas internacionais bastante diferentes entre si, não sendo possível visualizar, *prima facie*, interesses comuns, a não ser o já alegado 'interesse' – mais presumido do que real, talvez – em contestar o poder das velhas potências do G-7 para melhor assentar o seu próprio poder. Tão ou mais importantes que os fatores primários de poder – economia e recursos militares, grosso modo – são os elementos de soft power, que induzem outros parceiros da comunidade internacional a acolherem e apoiarem sugestões dos novos desafiantes que possam ser inscritas de forma exitosa na agenda internacional. Esse elementos são, certamente, de natureza mais subjetiva – eles têm a ver, por exemplo, não apenas com a Coca-Cola, o McDonalds, o Starbucks, o iPhone e os filmes de Hollywood, mas também com os estilos de vida e a promessa de liberdade, realizações intangíveis e bem mais difíceis de serem oferecidas em bases amplas – e ainda distantes das configurações domésticas dos Brics, embora talvez não sejam aqueles reconhecidamente mais decisivos nos exemplos históricos conhecidos de substituição de hegemonias.

¹⁷ Cf. Nota à Imprensa MRE nº 245 (16/05/2008): "Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos BRICS - Ecatimburgo, 16 de maio de 2008 - Comunicado Conjunto" (indisponível no site do MRE).

¹⁸ Ver Assis Moreira, "Cúpula dos Bric: Brasil e Rússia queriam uso de novos mecanismos cambiais; China veta menção sobre redução do papel do dólar", *Valor Econômico*, 17/06/2009. O presidente brasileiro também propôs, em pelo menos três oportunidades, substituir o dólar pelas moedas nacionais no comércio recíproco, o que pode parecer surpreendente, pois a medida significaria um inacreditável retrocesso no sentido da bilateralização dos pagamentos correntes, ademais de beneficiar exclusivamente os exportadores mais dinâmicos, como seria o caso da própria China.

Não se espera, contudo, que os Brics empreendam essa substituição recorrendo aos velhos métodos consignados nos manuais de história. Embora se trate, se bem sucedida, de uma forma relativamente pacífica de substituição de poderes hegemônicos – melhor, em todo caso, do que exemplos de um passado ainda recente – essa agenda possui, ainda, uma conotação implícita mais de ordem negativa do que propriamente positiva, a qual dependeria de uma série de propostas tendentes a, não apenas redistribuir os centros de poder mundial, mas também a fazê-los funcionar de forma melhor e mais eficiente. Não é seguro que os sistemas de relações internacionais e de governança global passem a funcionar melhor apenas com base nesse tipo de motivação puramente redistributiva do poder mundial.

Curiosamente, cada um dos Brics parece ter motivos de ordem particular para opor-se à ordem atual do G7, muito embora vários deles tenham se beneficiado do multilateralismo e da abertura comercial inaugurados pelos Estados Unidos no seguimento da Segunda Guerra Mundial. As preocupações da Rússia parecem ser mais de ordem estratégica, posto que preocupada pela expansão da OTAN e receosa de se ver cercada por um anel ou uma rede de Estados alinhados com Washington e as grandes capitais ocidentais. No caso dos dois gigantes asiáticos, eles podem ser motivados pelo desejo de assistir ao “final da era da dominação ocidental sobre a história mundial”, como escreveu um dos ‘profetas’ da nova ascensão asiática.¹⁹ Quanto ao Brasil, as motivações são de ordem puramente política, correspondendo ao desejo de sua diplomacia presidencial de projetar o país no mundo com base num ativismo diplomático certamente inédito nos anais do Itamaraty. Multiplicando-se esse ativismo em várias vertentes de ação e em iniciativas em frentes não tradicionais de atuação, a capacidade brasileira de moldar a agenda internacional e de influenciar processos decisórios em temas complexos ali inscritos pode estar se mostrando ligeiramente exagerada.²⁰

Em todo caso, um dos elementos mais consistentes para o sucesso de um sistema econômico nacional – e, portanto, para sua projeção internacional – é a sua dinâmica de crescimento, terreno no qual a China, como já constatado, continua a exibir dados de desempenho relativo absolutamente inéditos nos anais da história econômica mundial. Os críticos do ‘modelo chinês’ – embora seja altamente duvidoso que a China possa constituir algum tipo de modelo para qualquer país que seja – apontam a continuada existência do autoritarismo político como um elemento que poderia obstaculizar a continuidade desse processo. Mas o fato é que não existem evidências conclusivas a esse respeito.

Com efeito, um dos mais sofisticados estudos sobre a liberdade econômica no mundo, elaborado anualmente pelo Instituto Cato, de Washington, coloca a China à frente dos seus parceiros do Bric, mesmo em termos de liberdade econômica: num ranking dotado da metodologia mais objetiva possível, ela ocupa o lugar de número 82 (com uma pontuação global de 6,54 sobre 10 possíveis), contra 83 para a Rússia

¹⁹ Cf. Kishore Mahbubani, *The New Asian Hemisphere: The Irresistible Shift of Global Power to the East* (New York: Public Affairs, 2008), p. xi. Curiosamente, mesmo saudando o grande crescimento asiático e a saída da pobreza de centenas de milhões de antigos miseráveis, esse autor, que prega uma espécie de “outro mundo asiático possível”, não se questiona sobre os vínculos estruturais entre essas transformações e o capitalismo global, como se a China tivesse emergido a partir de suas próprias soluções para o seu fantástico crescimento, como se ela estivesse vendendo para ela mesma ou apenas para os demais países asiáticos e como se ela estivesse de fato propondo um outro caminho, que não o já conhecido dos mercados globais, como solução para o desenvolvimento do resto do mundo. Com exceção do autoritarismo político, o crescimento e o desenvolvimento da China, como das demais economias dinâmicas da Ásia passa inevitavelmente pelos circuitos conhecidos do capitalismo global.

²⁰ No que respeita ao Bric, por exemplo, segundo o chanceler brasileiro Celso Amorim, “[d]epois de anos existindo apenas na cabeça de analistas, os Brics decidiram se assumir. A realidade é que será difícil que o G-7 possa se reunir e tomar decisões a partir de agora sem ouvir os Brics”; cf. Jamil Chade, “A partir de agora, será difícil o G-7 tomar decisões sem ouvir os Brics”, diz Celso Amorim”, *O Estado de S. Paulo* (17.05.2008). No entanto, esse exercício de consulta direta entre os dois grupos, independentemente do G20, ainda não ocorreu, o que não quer dizer que não venha a ocorrer.

(6,50 pontos), 86 para a Índia (6,45) e apenas 111 para o Brasil (6 pontos redondos).²¹ Mais surpreendente ainda, a China apresenta um melhor desempenho do que todos os demais Brics no que se refere ao sistema legal e direitos de propriedade (6,3 pontos na escala do Cato, em 49o. lugar, contra apenas 5,3 para o Brasil, em 81o. lugar), no tocante à liberdade de comerciar internacionalmente (bem à frente do Brasil, em 36o. lugar, para o centésimo no caso brasileiro e 114o. para a Rússia), à disponibilidade de uma moeda sólida (30o. lugar para o renminbi chinês, enquanto o real brasileiro ocupa apenas o 92o. posto) e também no que se refere ao ambiente de negócios (aspecto no qual ela ocupa o ranking 117, para 134 no caso do Brasil e 135 no caso da Rússia). Segundo o mesmo relatório, a China foi também o país que mais avançou na escala de liberdade econômica no período em exame, segundo se depreende da tabela abaixo.

Tabela 6 – Brics: liberdade econômica, segundo o Cato Institute, 1980-2007

Rank	País	1980	2000	2007	Pontos a +
82	China	4,41	5,52	6,41	2,00
83	Rússia	--	5,27	6,24	1,75 *
86	Índia	5,42	6,24	6,50	1,08
111	Brasil	4,45	5,85	6,02	1,57

Fonte: *Economic Freedom of the World*, 2009, p. 11-13; * para a Rússia, pontos ganhos desde 1995.

Computando-se, no referido relatório, apenas os indicadores relativos à liberdade de comerciar internacionalmente, a China surpreende, mais uma vez: tendo partido, em 1980, de uma posição praticamente similar à do Brasil, ela conseguiu galgar muitas posições até o ano de 2007, passando a ocupar o 39o. posto nesse quesito, ao passo que o Brasil continuava bem atrás (num distante 90o. lugar no ranking mundial). É importante registrar que, na metodologia do Instituto Cato, esse índice composto mede não apenas os impostos sobre o comércio exterior, mas também a alíquota mediana aplicada às importações, as barreiras regulatórias e não-tarifárias, a eventual existência de taxas de câmbio no mercado negro, a imposição de controles sobre os fluxos internacionais de capitais e as restrições aos investimentos diretos estrangeiros. Os indicadores sintéticos relativos a todos esses quesitos encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 7 – Brics: liberdade de comerciar internacionalmente (ranking mundial)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007
China	3,65 (78)	4,79 (64)	4,55 (81)	6,72 (57)	7,17 (53)	7,50 (24)	7,51 (32)	7,50 (39)
Índia	4,32 (69)	3,68 (77)	4,02 (90)	4,67 (102)	5,54 (106)	6,37 (78)	6,83 (68)	6,67 (79)
Brasil	3,56 (79)	3,19 (85)	4,84 (73)	5,85 (88)	6,06 (93)	6,32 (81)	6,52 (82)	6,36 (90)
Rússia	--	--	--	6,69 (59)	6,85 (67)	6,27 (85)	6,01 (101)	5,90 (105)

Fonte: *Economic Freedom of the World*, 2009, Chap. 4: Country Data Tables.

²¹ Cf. James Gwartney e Robert Lawson (orgs.), *Economic Freedom of the World: 2009 Annual Report* (Washington, DC.: Cato Institute, 2009; disponível: <http://www.cato.org/pubs/efw/>). Cato Institute, 2009; disponível: <http://www.cato.org/pubs/efw/>).

Num certo sentido, a despeito dos imensos problemas de sua economia, com a ainda lenta transformação de uma sociedade que permanece em grande medida rural, a China parece ser o país mais globalizado e, talvez, o mais capitalista do Bric, com intensa competição das empresas chinesas entre elas e nos mercados internacionais. Um dos especialistas ocidentais mais respeitados em seu conhecimento do mundo chinês, acredita que “até a irrupção da crise financeira do outono de 2008, as elites [do PCC] e uma parte notável dos cidadãos urbanos tinham assimilado – à sua maneira – os três grandes credos que o Ocidente se esforça por tornar legítimos em todo o planeta: a mundialização [termo que os franceses preferem à globalização] é fundamentalmente boa (à condição que a China lucre com isso); a governança deve ser liberal na economia e democrática na política (à condição que a China a pratique à sua maneira); a liberdade individual e o conforto moderno são fatores decisivos para a felicidade”.²²

Com base nessas concepções – que devem ser tomadas *cum grano salis*, tendo em vista sua aplicação especialíssima no país asiático – a China deveria continuar nos anos à frente, segundo o mesmo especialista, seu ritmo impressionante de crescimento, uma aposta que ele faz levando em conta os argumentos seguintes: “a China dispõe de uma imensa população, que lhe fornece ao mesmo tempo um ‘exército de reserva’ constituído por uma mão-de-obra migrante barata e um enorme mercado potencial; ela dispõe de uma elite de alto nível capaz de assimilar as tecnologias avançadas recebidas do Ocidente, ou até de renová-las, graças a uma pesquisa e desenvolvimento que progride muito rapidamente; sua economia é enquadrada por um regime político estável e pilotado por dirigentes competentes; ela se beneficia do ambiente dinâmico da Ásia oriental; e ela recebe um fluxo regular de investimentos estrangeiros”.²³

Todos esses elementos, de certo modo objetivos, são talvez menos importantes do que um componente político aparentemente mais importante: ele é a visão clara e determinada que possuem os dirigentes do país sobre os fatores decisivos do processo de construção do novo poderio da China, uma condição essencial de sua afirmação internacional. O grande país asiático, herdeiro do Império do Meio, não é visto, pelos novos mandarins, como candidato a uma nova hegemonia – sequer em ‘aliança informal’ com os Estados Unidos – mas, sim, como uma potência capaz de afirmar sua independência e sua autonomia no cenário internacional, sendo capaz de evitar as humilhações que lhe foram impostas no passado.

Nem a Rússia, nem a Índia, como tampouco o Brasil, possuem atributos capazes de fazê-los ombrear-se com os Estados Unidos, ou sequer impor uma agenda própria aos demais países avançados, diretamente ou nos foros multilaterais. A bem da verdade, tampouco a China possui essa capacidade; mas ela é o único dos Brics com possibilidades de obstar, atualmente, qualquer arranjo mundial nos foros multilaterais que não contemple seus interesses nacionais. Ela já o fez na 15ª Conferência das Partes (COP-15) sobre mudanças climáticas, reunida em Copenhague (em dezembro de 2009), que resultou, com a colaboração involuntária dos Estados Unidos, num completo fracasso; ela não hesitará novamente em fazê-lo em outros temas de seu interesse essencial, em especial nos de caráter econômico-financeiro.

22 Cf. Jean-Luc Domenach, *La Chine m'inquiète*, op. cit., p. 58.

23 Cf. Domenach, *La Chine*, op. cit., p. 65-66.

6 - Conclusão: um acrônimo talvez invertido

Cada um dos Brics possui uma concepção própria do sistema internacional – em grande medida determinada pelo seu entorno regional e pela posição assumida no contexto global – e cada um deles, ao decidir pela atuação conjunta sob o ‘chapéu’ do Bric, exhibe – pelo menos é de se crer – uma noção clara de seus interesses nacionais e sobre a maneira como esses interesses podem ser melhor defendidos e promovidos por meio dessa ação combinada, num cenário internacional que permanece ainda largamente indeterminado quanto a seus contornos políticos e econômicos. Não se pode ainda, é verdade, falar de ação coordenada, posto que isso implicaria uma coincidência de posições e uma interface de interações nos mais diversos campos de atuação diplomática que os Brics estão longe de possuir. Em todo caso, dentre os elementos que poderiam determinar a posição que cada um deles poderia ocupar nesse cenário em conformação, e também o papel do Bric na nova governança global, se situa o modo próprio pelo qual cada um dos quatro grandes emergentes enfrenta e assume o processo de globalização, uma força que transcende cada um deles, como ela transcende qualquer um dos membros do G7, inclusive os Estados Unidos.

Nesse particular, a China aparece, mais uma vez, como a economia mais inserida na globalização e a mais ‘confortável’ com o processo de interdependência mundial, buscando ativamente acesso a novos mercados, atraindo tecnologias (por vezes de modo não exatamente ortodoxo), garantindo seu abastecimento em matérias primas e energia – de uma maneira talvez não muito distante dos métodos empregados pelo ‘imperialismo’ americano em sua fase de ascensão mundial, na primeira metade do século 20 – e qualificando suas empresas para a grande competição internacional em torno de tecnologias proprietárias e marcas próprias. Nem a Rússia, nem o Brasil exibem essa confiança chinesa nas virtudes benéficas da globalização, nem a Índia possui um tal domínio dos mecanismos que permitem à China ‘surfear’ na onda globalizante segura de si, já que a fração da sociedade indiana exposta de fato à globalização constitui uma parte muito pequena da imensa (e miserável) população do grande país da Ásia do sul.

O impacto da crise mundial em cada um dos Brics é, aliás, revelador de suas fraquezas e ‘fortalezas’ respectivas, num contexto ainda não totalmente restabelecido nas condições anteriores ao seu início, em 2008. A China, tendo colocado em vigor um plano de estímulo de mais de meio bilhão de dólares, parece ter sobrevivido galhardamente aos desafios de uma crise que, no começo de 2009, havia determinado uma redução de 40% em suas exportações globais; no início de 2010, seu crescimento já havia retomado as taxas habituais das duas últimas décadas. A Rússia, tendo em vista sua dependência dos dois produtos primários de exportação e sua quase total incapacidade de competir na esfera internacional com base em manufaturas inovadoras (à exceção de armas), é a economia que apresenta as maiores debilidades. A Índia, como a China, praticamente não conheceu recessão, mesmo sem dispor, como o novo Império do Meio, de recursos fiscais e de reservas tão vastos. No caso do Brasil, sua pequena exposição internacional constituiu, desta vez, uma virtude temporária, ainda que tampouco lhe tenha garantido a manutenção do crescimento, mesmo se a China continuou a oferecer um vasto mercado para as suas principais exportações. Praticamente absorvida a crise global no primeiro trimestre de 2010, a China parece ter emergido ainda mais poderosa do que antes, tendo conseguido, de certa forma, ‘domar’ a vontade liberalizante dos Estados Unidos no plano das liberdades democráticas e também na questão cambial.

Quaisquer que sejam as virtudes e limitações de cada um dos Brics, seus governos atuais parecem dispostos a apostar que o bloco pode representar um fator diferencial na futura geopolítica do sistema internacional. Cada um deles deve ter motivações particulares para “opor-se” ao G-7, cuja

'arrogância política' pode ser o motivo circunstancial para a criação do Bric, uma vez que não está visível, de imediato, qual a agenda comum, "a favor", que poderia uni-los, além da retórica da multipolaridade. De todo modo, seria um bloco mais político, ou diplomático, do que econômico, ainda que fundamentado no fato de que os quatro estão "destinados" – pela "divina providência" do Goldman Sachs – a "superar" economicamente o atual G-7.

Mas esse tipo de 'disputa' é irrelevante do ponto de vista de uma agenda positiva para o resto do planeta, angustiado por problemas de insegurança, de desenvolvimento deficiente em várias regiões – com pobreza disseminada em muitos países – por ameaças ambientais e por epidemias globais remanescentes ou até crescentes, em especial na África. Os Brics, individualmente considerados, dariam uma enorme contribuição ao mundo se pudessem apresentar agendas minimamente coincidentes sobre como resolver, ou pelo menos encaminhar, alguns desses problemas mais urgentes, de preferência pela via do comércio e dos investimentos, como alternativa à cooperação tradicional ao desenvolvimento, que já demonstrou suas limitações práticas e sua incapacidade congênita em transformar de fato os países pobres. O Bric, enquanto tal, ainda não conseguiu constituir essa agenda; mas ele deveria continuar tentando. Enquanto não consegue conformar tal agenda, o Bric talvez devesse ter o seu acrônimo invertido: Cirb, com um grande C capitalizado...